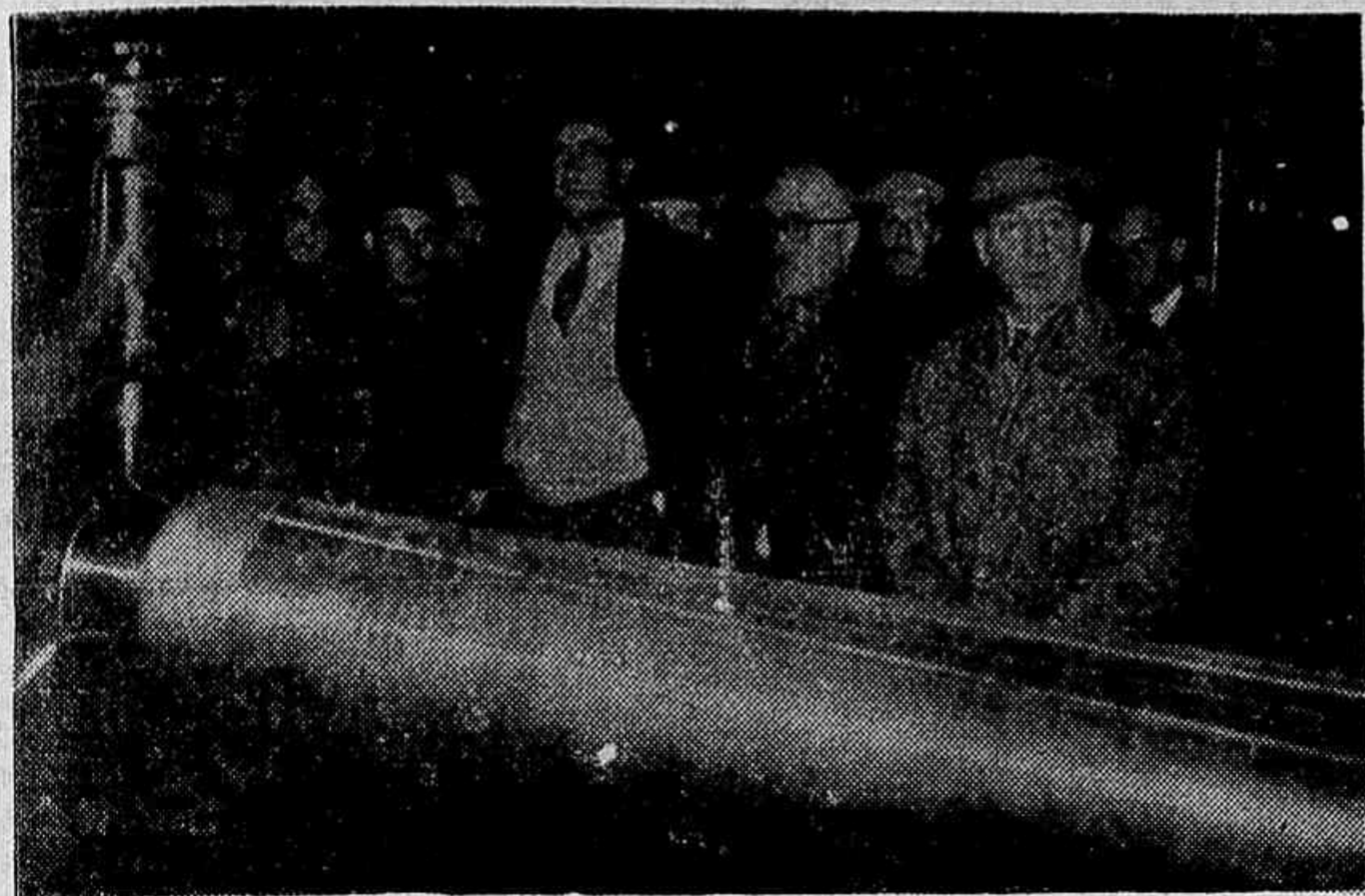


A Argentina dá Exemplo ao Brasil: Relações Normais Com a U.R.S.S.



Conforme tem sido amplamente noticiado, encontra-se na União Soviética uma delegação econômica da Argentina, chefiada pelo sr. Raul Ondarts, vice-ministro da Indústria e Comércio do país irmão. A delegação argentina já concluiu com o governo soviético um acordo parcial e, segundo anunciou o seu chefe, deverá concluir novos acordos proximamente, de maneira a esgotar o saldo de 40 milhões de dólares, favorável à Argentina no seu intercâmbio com a URSS. A Argentina fará na União Soviética aquisições massivas de

equipamentos e produtos semiacabados sobretudo para a indústria petrolífera e as estradas de ferro. A URSS, por sua parte, incrementará a compra de produtos do país sul-americano.

Também foram solucionados problemas referentes aos processos de pagamentos. Na foto acima, da Agência TASS vê-se a delegação argentina em Moscou, visitando uma das seções do Instituto soviético de perfurações experimentais (Leia, na página central, o noticiário sobre o ato público do dia 28, na UNE, pelo restabelecimento de relações entre o Brasil e a URSS).

Unem-se na OIC Países Subdesenvolvidos Para Defender o Café

Reportagem de FRAGMON CARLOS BORGES

(na página central)

O Petróleo Deve Unir Brasileiros e Bolivianos

Reportagem sobre o acordo de Corumbá-Roboré

(na 12a. página)

Vitoriosos os Marítimos na Defesa dos Seus Direitos

As lições da greve recente (na 9a. página)

VOZ OPERÁRIA

N. 452 ☆ Rio de Janeiro, 1 de Fevereiro de 1958 ☆

nesto número

- ☆ Participação Ativa e Unitária na Campanha Eleitoral — Editorial (na 3a. página)
- ☆ A Prorrogação dos Contratos de Arrendamento e o Caminho Para Novas Conquistas no Campo — Artigo de IRINEU FERREIRA (na 10a. página)
- ☆ Uma Juventude Alegre e Combativa nos Campos e Nas Cidades de São Paulo — Reportagem de Moacir LONGO (na 5a. página)
- ☆ A Questão do Povo Judeu na URSS — Discurso do líder comunista israelita MEIR VILNER (na 4a. página)



JESUS FARIA LIBERTADO! — Esta notícia alegre profundamente todos os povos do continente, cuja solidariedade salvou a sua vida do ódio assassino de Perez Jimenez.

JUSTIÇADOS NA VENEZUELA OS TORTURADORES POLICIAIS



O ódio do povo venezuelano à sangüinária ditadura de Perez Jimenez foi mais forte do que o terror e a demagogia de quasi dez anos. De nada adiantou o apoio que Perez Jimenez teve dos seus patrões, os trustes petrolíferos norte-americanos. Na hora do ajuste de contas o povo libertado castigou justicemente os agentes diretos da ditadura, os carrascos e torturadores policiais. O heróico povo venezuelano acaba de dar, com a sua luta e o seu sangue, uma bela contribuição ao processo democrático e ant imperialista, que se afirma de, ponta a ponta, na América Latina (Leia, na 2ª página, a crônica internacional sobre o assunto)

PELA CESSAÇÃO DAS EXPLOSÕES ATÔMICAS

A Palavra Autorizada Da Ciência de 44 Países

Alcançou grande repercussão mundial a petição dirigida à ONU por 9.235 cientistas de 44 países, reclamando a imediata cessação das experiências com armas termo-nucleares. A petição foi entregue pelo cientista norte-americano Linus Pauling, prêmio Nobel de química do ano de 1954, ao secretário-geral da ONU, Sr. Dag Hammarskjöld. Este fato foi destacado pelos jornais, uma vez que muito raramente o secretário-geral da ONU recebe petições entregues pessoalmente. A exceção aberta no caso se explica pela incomum importância do documento, que deu motivo a uma audiência especial do dirigente mais responsável da ONU ao Dr. Pauling.

A petição foi assinada por 101 membros da Academia Nacional de Ciências dos E.E. U.U., por 35 membros da Sociedade Real da Inglaterra, por 216 membros e membros-correspondentes da Academia de Ciências da URSS e por 1.141 sábios japoneses.

Entre as personalidades que subscreveram a petição figuram 36 laureados do Prêmio Nobel, entre os quais o norte-americano Harold Urey, o soviético Nicolai Semionov, o alemão Otto Hahn, os franceses Albert Schweitzer e Joliot-Curie, e os ingleses Powell, Bertrand Russell e lord Boyd-Orr.

A petição repete as declarações anteriormente feitas por Linus Pauling na Universidade de Washington, em Saint Louis, afirmando que entre os cientistas havia sido alcançada uma "opinião quase unânime" sobre a ação biológica da radiação atômica. As declarações de Pauling foram assinadas por 2.000 cientistas norte-americanos e entregue, num documento especial, ao presidente Eisenhower, no dia 4 de junho do ano passado.

O TEXTO DA PETIÇÃO

A petição entregue ao secretário-geral da ONU afirma o seguinte:

"Cada experiência com a bomba nuclear difunde uma quantidade complementar de elementos radioativos por todas as regiões do globo terrestre. O aumento do volume

de radiações prejudica a saúde dos homens e aumenta o número de crianças defeituosas que nascem nas futuras gerações.

Enquanto esta arma se encontra nas mãos de somente 3 potências, é possível chegar a um acordo sobre seu controle. Se as experiências prosseguirem e a arma cair nas mãos de outros governos, aumentará em muito o perigo nuclear."

SIGNIFICAÇÃO EXCEPCIONAL DA PETIÇÃO ASSINADA POR 9.235 CIENTISTAS E ENTREGUE AO SECRETÁRIO-GERAL DA ONU PELO SÁBIO NORTE-AMERICANO LINUS PAULING

de uma guerra nuclear catastrófica como resultado de atos irrefletidos por parte de quaisquer dirigentes nacionais.

Um acordo internacional sobre a cessação das experiências com bombas nucleares viria a ser o primeiro passo para um desarmamento mais geral e para a proibição final e efetiva das armas nucleares, impedindo a possibilidade de uma guerra nuclear, que seria uma catástrofe para toda a humanidade.

Tanto quanto os outros homens, muito nos inquietamos com o bem-estar da humanidade. Como cientistas, conhecemos o grande perigo das experiências e por isto devemos informar sobre elas. Consideramos necessário que sejam imediatamente tomadas medidas para alcançar um acordo internacional sobre a cessação das experiências com qualquer tipo de arma

A petição foi assinada por cientistas dos seguintes países: Alemanha, Austrália, Áustria, Bélgica, Brasil, Bulgária, Cella, Congo Belga, Colômbia, Canadá, China, Dinamarca, Egito, França, Espanha, Gana, Grécia Holanda, Índia Inglaterra, Israel, Itália, Japão, Jordânia, Líbano, México, Noruega, Paquistão, Panamá, Peru, Polónia, Portugal, Rumania, Suécia, Suíça, Tailândia, Tchecoslováquia, Turquia, União Soviética, União Sul Africana, Uruguai.

A petição, que resultou de uma iniciativa do grande cientista e humanista que é Linus Pauling, alcançou, como se vê, esplêndido êxito. Através dela, os maiores sábios de nosso tempo, independentemente do regime social dos seus países e das suas próprias posições ideológicas, demonstraram a sua nobre consciência pacifista.



Ilustração do "The Worker", de 1954

AMADURECEM AS CONDIÇÕES PARA UMA REUNIÃO DE CHEFES DE GOVERNO

Apesar da obstinada resistência do governo norte-americano, e particularmente ao Secretário de Estado Foster Dulles, amadurecem dia a dia as condições para a realização de uma reunião de chefes de governo, proposta recentemente pela União Soviética. A idéia dessa reunião foi recebida com simpatia em quase todos os países da Europa e mesmo em importantes setores políticos dos Estados Unidos. Segundo telegrama de Londres da United Press, datado de 26 do corrente, já é certo que todos os governos europeus apoiam a iniciativa. O governo dos Estados Unidos está se vendo forçado a abrandar a sua oposição, embora continue formalmente exigindo demarches diplomáticas preliminares.

Nos últimos dias verificaram-se contactos diplomáticos entre os Estados Unidos e a U.R.S.S. Em Moscou, o embaixador dos Estados Unidos conferenciou com o Ministro do Exterior Gromiko, e em Washington, o embaixador soviético entrevistou-se com o vice-presidente Nixon. Segundo informações dignas de fé, esses contactos se relacionam com a realização da conferência de chefes de governo, prevista pela U.R.S.S., e da qual deverão participar todos os países da OTAN e os do Tratado de Varsóvia, e de várias outras nações.

Relações Diplomáticas Entre a URSS e o Vaticano

As agências telegráficas têm insistido nos últimos dias na divulgação de informações sobre as demarches que estão sendo realizadas por iniciativa da União Soviética, no sentido do estabelecimento de relações entre a U. R. S. S. e o Vaticano. O depoimento unânime dos visitantes ocidentais que têm percorrido nos últimos anos a União Soviética, a China e os demais países socialistas, atesta a plena liberdade religiosa de que gozam os católicos em todas essas nações, contrariando assim uma das teorias mais batidas da propaganda anti-soviética difundida em todo o mundo pelo imperialismo. As autoridades eclesiásticas não pedem portanto o estabelecimento de relações tomando como base esse argumento e tudo indica que a iniciativa soviética é perfeitamente viável.

Ainda segundo as mesmas agências telegráficas, consta que a União Soviética teria proposto ao Vaticano, entre outras coisas, a adoção de uma declaração internacional que considere a cidade aberta não só a sede do Papa, como uma área em torno da mesma com raio de 90 quilômetros, abrangendo assim toda a cidade de Roma.

Crônica Internacional

VITURIOSO O POVO DA VENEZUELA

A derrocada da ditadura de Perez Jimenez constitui não só uma importante vitória democrática do povo da Venezuela, como um acontecimento de extraordinária repercussão em toda a América Latina. O imperialismo norte-americano não consegue esconder a sua preocupação ante o sério reves que acabam de sofrer as forças mais reacionárias do país, intimamente ligadas aos interesses dos trustes ináquos do petróleo e do aço.

As últimas notícias transmitidas pelas agências são extremamente auspiciosas. Jesus Faria, o heróico líder comunista, após quase oito anos de cárcere, já foi libertado e se encontra em Caracas. Representantes do Partido Comunista da Venezuela vêm atuando legal e abertamente, aparecendo em comícios ao lado de oradores dos outros partidos democráticos. Entre estes, é forte a tendência unitária, objetivando consolidar e desenvolver o processo democrático e evitar retrocessos sempre possíveis no sentido da ditadura reacionária. As agências americanas se mostram já preocupadas com a atuação do Partido Comunista e com o prestígio de Jesus Faria, particularmente entre os operários do petróleo, principal setor do proletariado venezuelano.

O restabelecimento das liberdades democráticas na Venezuela ainda não foi acompanhado de medidas que afetem as posições econômicas dos monopólios norte-americanos no país, e é mesmo visível que esses monopólios manobram habilmente no sentido de que a ditadura Jimenez venha a ser substituída por um governo menos impopular e menos comprometido, mas que continue no fundamental a mesma política anterior. Não está sendo porém fácil ao imperialismo norte-americano lograr esse objetivo, como o prova o fato das massas populares terem imposto o afastamento de alguns dos elementos da Junta Militar que substituiu Jimenez e comprometidos com este último. Além disso a queda da "ditadura Esso" representa a destruição definitiva e espetacular de um dos mais sovados argumentos da propaganda dos trustes petrolíferos: a pretensa prosperidade da Venezuela e de seu povo graças aos "royalties" pagos pelas companhias detentoras das concessões. Foi posta a nu a verdadeira situação do país, e a miséria da esmagadora maioria do seu povo, apesar dos fabulosos dois milhões e oitocentos mil barris por dia de petróleo (segundo produtor mundial).

Não foi fácil derrubar a ditadura. As manifestações populares em Caracas, durante as duas últimas semanas, deram lugar a frequentes e violentos choques com as forças policiais, com um sangrento balanço de 400 mortos e mais de dois mil feridos. O movimento foi dirigido por uma ampla organização de frente única, criada em fins do ano passado, e que congregava, sem exceção, todas as forças políticas interessadas no restabelecimento de um regime constitucional entre elas, o Partido de Ação Democrática, ao qual pertence o ex-presidente Romulo Gallegos, o Partido Comunista da Venezuela, o partido socialista COPEL, Expressão dessa unidade de forças as mais diversas, e desde que excluiu qualquer discriminação contra os comunistas, foi o grande comício realizado em Caracas

dois dias após a vitória, no qual falou, ao lado de representantes de outros partidos, um orador do Partido Comunista.

Estiveram na primeira linha das lutas populares os estudantes de Caracas. A repressão violenta contra manifestações estudantis parece ter sido mesmo o rastilho que fez levantar-se, encolerizada, a quase totalidade da população. A participação decisiva da classe operária ficou patente com o êxito da greve geral decretada pela Junta Patriótica, e que na realidade demonstrou a impotência da ditadura e provocou a sua queda. Um manifesto divulgado clandestinamente em princípios de janeiro pela Junta Patriótica chamava a atenção para o fato novo revelado pelo levante de 1.º de janeiro em Maracay a participação dos setores democráticos do Exército na luta contra a ditadura. Setores importantes da burguesia e o próprio clero católico tiveram também um papel significativo nos acontecimentos: foram os sinos das igrejas de Caracas que deram o sinal para o início da greve geral, e, segundo as agências noticiosas, participaram da manifestação, em frente ao palácio do governo, ao lado do povo, pessoas abastadas, que para ali foram dirigindo seus próprios automóveis.

Os primeiros resultados do movimento estão à vista: foram restabelecidas a liberdade de imprensa e as liberdades democráticas que o povo da Venezuela já não conhecia há dez anos. Os exilados políticos começam a voltar ao país. Os presos políticos foram soltos, ante os clamores da multidão, que exigiu essa medida, concentrando-se em frente às prisões. Os torturadores da polícia política de Jimenez estão sendo presos e processados, sendo que muitos foram julgados pelas próprias massas.

Entretanto, apesar do afastamento de alguns membros da Junta Militar, imposto pelo povo, continuam a fazer parte do governo provisório alguns elementos comprometidos com a política pro-imperialismo ianque, a começar pelo próprio Presidente da Junta, almirante Lazarrabal. A Junta Patriótica, em declaração pública, preveniu o povo de Caracas contra a ação de alguns provocadores, a serviço das forças reacionárias, que procuram desvirtuar a justa indignação popular contra os agentes da ditadura, promovendo desordens injustificadas e assaltos a residências particulares.

Esses fatos negativos mostram apenas a necessidade de contínua vigilância por parte das forças democráticas e populares na Venezuela. Não obscurecem no entanto a extraordinária importância da modificação verificada no país, que segundo tudo indica, criará condições para um rápido desenvolvimento do movimento democrático na nação irmã.

Os acontecimentos da Venezuela vêm influir de modo benéfico para o Brasil e para toda a América Latina. Contribuem para fortalecer um processo democrático que é geral em todo o nosso continente. Por isto mesmo cumpre a todas as democratas e lutadores antimperialistas latino-americanos incrementar a sua solidariedade ao heróico povo venezuelano.

PARTICIPAÇÃO ATIVA E UNITÁRIA NA CAMPANHA ELEITORAL

Em sua edição mais recente, publicada em nossa edição de 18 de janeiro, o presidente do Comitê Central do PCB assinalou aos comunistas e a todos os patriotas a importância primordial da luta pela Paz e a contribuição essencial que o nosso povo pode dar a esta luta de caráter mundial, empenhando-se para alcançar uma modificação profunda da política externa do país.

A mais importante tarefa, agora, para chegar àquela modificação, reside na luta pelo estabelecimento de relações normais com a União Soviética e os demais países socialistas. Esta é uma tarefa que a própria vida trouxe ao centro das preocupações de todos os setores políticos e econômicos, sem exceção, levando a constituir-se, na prática, uma frente única de amplitude sem precedentes.

A modificação da política externa do país se torna, por isto mesmo, uma das questões centrais da campanha eleitoral, que já está em desenvolvimento e culminará no pleito de outubro deste ano. Para isto também chamou a atenção a nota do presidium do Partido, afirmando: «Diante da campanha eleitoral que se inicia em todo o país, a participação dos comunistas assume particular importância. Através da campanha eleitoral, devemos contribuir para a unidade de todas as forças patrióticas e democráticas, para sua vitória eleitoral e a derrota dos entreguistas. Nas eleições de outubro próximo, o povo brasileiro poderá eleger ao Congresso Nacional uma maioria decisiva capaz de assegurar vitoriosamente uma política exterior independente, afirmativa da soberania nacional, de paz e relações amistosas com todos os povos».

A campanha eleitoral exige, portanto, a máxima atenção dos comunistas, no seu papel de vanguarda da classe operária e de patriotas os mais consequentes. Esta atenção deve ser tanto maior porque se processam manobras de bastidores visando à prorrogação dos mandatos. Trata-se de uma questão que deverá agitar o parlamento, assim que reiniciar os seus trabalhos e a atitude de todos os democratas não pode ser senão a de formal repúdio daquelas manobras profundamente reacionárias, cujo êxito só beneficiaria, em última análise, a um punhado de carrelistas vulgares e aos entreguistas, que já antevêm a sua derrota nas urnas, em outubro próximo.

Prognósticos gerais, oriundos de diferentes procedências, indicam a vitória nas eleições, que se avizinhm, daquelas correntes mais identificadas com a causa nacionalista e com as aspirações das massas populares. Esta previsão, que emana de fatores objetivos bastante evidentes, vem determinando diversos deslocamentos de forças e influenciando decisivamente nos entendimentos que se processam nas esferas dirigentes dos partidos. Nos meses mais próximos, ainda mais se acentuará esta influência, sobretudo no

O Superior Tribunal Eleitoral acaba de fixar para 3 de outubro a data das eleições de 1958. Neste pleito, como acentuou o Presidium do Comitê Central do P.C.B. em sua recente nota, «o povo brasileiro poderá eleger ao Congresso Nacional uma maioria capaz de assegurar vitoriosamente uma política exterior independente, afirmativa da soberania nacional, de paz e relações amistosas com todos os povos». Fator decisivo dessa vitória será a mobilização das amplas massas do povo para o exercício do direito do voto. Daí a importância do alistamento para a campanha eleitoral que se inicia.

São inúmeras as dificuldades e obstáculos que se apresentam aos cidadãos que procuram alistar-se, especialmente aos trabalhadores das cidades e do interior. Cabe aos comunistas, ao mesmo tempo em que intensificam a sua ação política junto às massas, orientá-las e ajudá-las a vencer os obstáculos de alistamento.

As recentes alterações da legislação eleitoral e as últimas instruções do Tribunal facilitam o trabalho de alistamento das grandes massas e

que se refere à escolha dos candidatos para os postos de maior significação bem como à definição das suas plataformas programáticas.

A atuação dos comunistas deve levar plenamente em conta as condições favoráveis, que se acumulam e indicam a necessidade de confiança em todas aquelas forças — entre as quais figuram, na primeira fila os próprios comunistas — que se batem pelas causas patrióticas do povo brasileiro. Ao mesmo tempo, é absolutamente necessário vencer as tendências sectárias e espontaneístas, que persistem nas fileiras do Partido. Apesar das condições favoráveis, o êxito da nossa participação eleitoral não virá sem esforços constantes e tenazes, que precisem se incrementar sem tardança, estreitando as nossas relações com as massas.

Apresenta-se aí, como tarefa imediata a aceleração do alistamento. Dado o seu considerável atraso, a Câmara se viu obrigada a dilatar por mais seis meses o prazo da sua realização. Segundo as informações mais recentes, somente em São Paulo o alistamento já se aproxima do nível do eleitoral de 1955. Mesmo no Distrito Federal mal foram superados os 50 por cento e em alguns Estados o atraso é muito mais considerável. E aqui se deve assinalar que o próprio nível de 1955 pode ser superado, dada a tendência natural ao crescimento do eleitoral. Urge, pois, aproveitar todas as possibilidades que as normas vigentes de alistamento oferecem para ampliar ao máximo o corpo eleitoral e fazer do pleito de outubro uma batalha pacífica de massas de muitos milhões. Disto dependem, decisivamente, as proporções da vitória da causa nacionalista.

A atuação dos comunistas, ao tempo em que se empenham, ao lado de outras forças políticas, em acelerar o alistamento, se orienta igualmente no sentido de contribuir para a formação de amplas coalizões eleitorais, que possam levar à vitória os candidatos nacionalistas e democráticos aos órgãos executivos e legislativos, que deverão ser preenchidos. A nota do presidium indica justamente a possibilidade real de recompor o Congresso Nacional, garantindo a maioria parlamentar defensora de medidas favoráveis à emancipação nacional, a uma política ativa da paz e às liberdades democráticas. «Simultaneamente — afirma ainda a direção do Partido — poderão ser eleitos governadores, assim como assembleias estaduais e câmaras municipais democratas e progressistas, que constituirão poderosa base para uma política nacional independente, progressista e democrática».

E' com esta perspectiva que os comunistas focalizam a campanha eleitoral já em curso, em que se apresentam como força independente, que expressa os interesses mais avançados da classe operária e ao mesmo tempo impulsiona a formação da ampla frente única nacionalista.

CONCENTRAÇÃO DE ESFORÇOS NA BATALHA DO ALISTAMENTO

Não surgem exemplos de iniciativas de grande alcance neste terreno. Em Jacarépaguá, no Distrito Federal, os principais candidatos do bairro, de diferentes partidos, uniram os seus esforços e obtiveram do Juiz da Zona Eleitoral o envio de funcionários aos domingos, à sede de um clube local, para processar o alistamento dos moradores. Estes são convidados durante a semana a comparecer à sede do clube através de intenso trabalho de propaganda. No primeiro domingo mais de quinhentos moradores fizeram a sua inscrição e os promotores da iniciativa esperam atingir todo o bairro com este alistamento dominical, para o que já obtiveram do Juiz e de outras organizações a necessária autorização para utilizar sedes sociais situadas nos pontos principais da zona de Jacarépaguá.

Iniciativas como esta devem ser divulgadas e generalizadas pelas forças patrióticas e democráticas em luta para a vitória de 3 de outubro. Nas últimas eleições, o número de eleitores esteve longe do total

de cidadãos com direito ao voto e, até o momento, na maioria dos Estados, ainda não foram alistados 50 % do eleitorado existente em 1955. Mesmo em São Paulo, apesar do grande avanço, ainda não foram atingidos os 100%. Nos próximos meses de campanha eleitoral grandes esforços terão de ser feitos, utilizados

métodos como o dos candidatos de Jacarépaguá, para levar às urnas as grandes massas de nosso povo interessadas na vitória das forças democráticas e progressistas. A batalha do alistamento exige agora a maior concentração de esforços de todos os democratas e patriotas conscientes.

NOTÁVEL CRESCIMENTO DO P.C. DA ÍNDIA

Segundo informação da agência India Press, as fileiras do Partido Comunista da Índia registram atualmente notável ascenso, estando já próximas de 200.000 membros. Ao tempo do 4º Congresso do Partido, em 1956, o número de membros era de cerca de 100.000.

A campanha de recrutamento lançada no ano passado deverá encerrar-se

em março próximo, quando se realizarão as conferências estaduais do Partido.

O Partido Comunista da Índia iniciou sua vida como organização ilegal em 1934, com 200 membros. A despeito da severa repressão britânica, já tinha 5.000 membros em 1942, quando se tornou um partido legal.

Comentário Político

UMA LIÇÃO DE ALAGOAS PARA OS DEMOCRATAS DE TODO O PAÍS

A chegada do governador Muniz Falcão à cidade de Alagoas constituiu uma grandiosa festa do povo alagoano. A multidão encheu as ruas, as praças e o palácio do governo. As escolas de samba desfilaram pela cidade e o povo cantou e dançou até altas horas festejando a vitória que era sua.

O governador fôra eleito como decorrência de um movimento autenticamente popular, derrotando os partidos e elementos tradicionais, representativos da usina e do cangaço. Este movimento, no entanto, não soube ou não conseguiu eleger uma representação majoritária na Assembleia estadual, o que possibilitou a coligação comandada pelos golpistas da UDN, manipuladores do faccioso processo de «impeachment» que quase destituiu o governador.

Ocorrerá, assim, em Alagoas um temporário retrocesso do ascenso democrático que ali se iniciara e que caracteriza, aliás, o desenvolvimento político em todo o país. E a vitória recente do governador, com sua volta e a cessação daquele retrocesso, foi possível graças ao apoio das massas populares do seu Estado e da opinião democrática e nacionalista de todo o Brasil.

O episódio de Alagoas encerra algumas lições que terão de ser meditadas e aproveitadas, no interesse da democracia, não só pelo governador Muniz Falcão e pelo movimento popular alagoano, mas por todas as forças democráticas e progressistas do povo brasileiro.

Em primeiro lugar, os acontecimentos mostraram a importância do apoio das massas populares: ficou evidente, aos tribunais que entrevistaram, que a destituição do sr. Muniz Falcão representaria uma violência contra todo um povo que exigia a manutenção do governador por ele soberanamente eleito.

Em segundo lugar, os fatos revelaram a capacidade de manobra e de resistência dos representantes das forças da reação. Tudo foi feito, tudo foi mobilizado pelos políticos reacionários de Alagoas unidos em torno da camarilha de Arnon de Mello, e apoiados na alta direção nacional da UDN.

Finalmente, a composição da Assembleia estadual permitiu que alguns deputados fossem corrompidos pela reação, o que possibilitou o processo do «impeachment» e tudo o mais. Daí a importância do pleito eleitoral de 3 de outubro, quando serão eleitos senadores, deputados federais, estaduais e vereadores em todo o país.

A união das forças democráticas e progressistas, em torno de candidatos que sejam autênticos representantes do movimento patriótico ora em ascensão, permitirá a formação de câmaras e assembleias, em todo o país, capazes de assegurar uma efetiva mudança da política nacional, num sentido firmemente nacionalista e democrático.

Não só as forças populares e democráticas de Alagoas, como de todos os Estados, de-

vem desde já encaminhar as alianças políticas, a escolha dos candidatos e o trabalho de alistamento popular tendo em vista a importância, para o desenvolvimento ulterior, das próximas eleições de 3 de outubro.

O povo alagoano foi mais forte do que a coligação reacionária, conseguindo garantir para o sr. Muniz Falcão o posto para o qual foi eleito. Apoiado nas massas populares, às quais deve assegurar amplas liberdades democráticas e a cujas reivindicações deve se mostrar sensível, o governador poderá anular as tentativas de desordem, ilegalidade e violência, de que não desiste a coligação reacionária.

Ao mesmo tempo, o povo alagoano saberá extrair dos acontecimentos, que enlutaram o seu Estado, a experiência necessária para defender os seus verdadeiros interesses na pugna eleitoral de outubro próximo.

Para todo o país, a lição de Alagoas é a mais significativa. É uma lição de confiança nas forças da democracia, que, unidas e ativas, podem conquistar vitórias ainda maiores em nossa Pátria.

VIDA ECONÔMICA

O PREÇO DO CAFÉ

Iniciamos neste número uma seção em que apresentaremos, semanalmente, dados e breves comentários sobre fatos econômicos em evidência. Com isto visamos trazer uma contribuição, limitada embora, ao esclarecimento desses fatos.



AS SUCESSIVAS reuniões internacionais, onde se tem discutido o problema do café, seja na Argentina, no México, em Boca Roton e agora no Rio de Janeiro, tendo esta assumido âmbito muito maior do que as anteriores, revelam o aguçamento da luta entre os países produtores e os monopolistas do comércio internacional do café.

Na Conferência do Rio de Janeiro os representantes dos países produtores da África defenderam a posição do liberalismo econômico com o abandono da defesa dos preços do café. Seria entregar os países produtores à especulação baixista dos compradores norte-americanos. É necessário, porém, defender o preço do produto e tomar ainda outras medidas, como a conquista dos mercados da União Soviética, da China e da Índia, para o café, através de um intercâmbio intenso com esses países, onde a propaganda dessa bebida assumisse um papel de primeira grandeza.

Para nós, que olhamos o futuro do café do ponto de vista da ampliação dos mercados consumidores, não nos impressiona a grita dos especuladores ianques que querem baixar o preço do café.

A produção mundial exportável de café, que chegou a 41 milhões de sacas em 1929 caiu para 22 milhões em 1946 tendo ultrapassado os 42 milhões em 1955/1956, baixou para 34 milhões em 1957 com as geadas e o acórdo do México. No entanto, ela poderá ter livre curso e ir rapidamente aos 45 e aos 50 milhões de sacas se soubermos superar a catástrofe econômica da superprodução, nos voltando para intercâmbio econômico com o campo socialista.

O consumo mundial de café aumentou, em 25 anos, de 25 milhões para 35 milhões de sacas. Seu preço cresceu de 11 cents em 1941 por libra-peso para 73 cents em 1954. Houve então a famosa pressão do Senador Gillette que fez cair para 57 cents, cotando-se agora em 55 cents, com pressões para ir a 47 cents.

Ora, o aumento do preço do café foi consequência de dois fatores poderosos — recuperação e aumento do mercado consumidor num ritmo maior do que o da produção e, por outro lado, desvalorização do dólar.

Com o desequilíbrio atual das finanças públicas norte-americanas e a crise econômica em desenvolvimento nos Estados Unidos, o dólar tende a se desvalorizar mais e mais.

Se os países produtores de café defenderem o seu produto contra a especulação da Bolsa de Nova York e se voltarem para o mercado socialista, com o mesmo entusiasmo e a mesma seriedade com que trabalham os mercados norte-americanos e europeu, os preços do café não só serão sustentados, como poderão ultrapassar, brevemente, os 71 cents por libra-peso. Não há, aliás, outro caminho a seguir para o café e para o mundo capitalista.

A Questão do Povo Judeu na URSS

EM MEADOS de 1957, realizava o Partido Comunista de Israel o seu 13º Congresso. Nêle, o membro do Birô Político MEIR VILNER proferiu um importante discurso sobre «A guerra fria e a questão da atividade cultural de língua yiddish na URSS».

Publicamos abaixo os três capítulos principais desse discurso, em que é tratado especificamente o problema dos judeus na URSS e, além disso, um pequeno resumo das idéias contidas nos demais capítulos.

1 — A REAÇÃO E O MOVIMENTO COMUNISTA

Trata inicialmente Meir Vilner das denegações dos reacionários e social-chovinistas, segundo os quais os comunistas estariam em vias de desagregação e o PC de Israel, preses a desaparecer. Mostra, citando numerosos exemplos, que há mais de 50 anos o movimento comunista tem obtido vitórias notáveis: Revolução Socialista de Outubro, libertação da China, das democracias populares da Europa, do Viet-Nam e muitas outras. «Treze países, cerca de um bilhão de seres humanos, libertaram-se para sempre das garras capitalistas», conclui êle.

2 — A UNIÃO SOVIÉTICA E O PROBLEMA DO POVO JUDEU

«Nos últimos tempos, entre os judeus, o «comunismo nacional» se exprime na questão da cultura de língua yiddish na URSS.

De que se trata?

A cultura judaica e seus representantes foram gravemente atingidos, durante uma certa época, na URSS. Isso constituiu uma das consequências da violação da legalidade socialista e dos princípios leninistas, na época do culto à personalidade de Stálin. E' com profunda tristeza e dor que nós, comunistas, ouvimos as notícias referentes à violação da legalidade socialista na URSS. Como mostrou o XXº Congresso do PCUS, essa violação atingiu a mais de um povo. E' muito natural que todos aqueles que se sentiam ligados à cultura socialista em língua yiddish na URSS, inclusive muitos dentre nós, tivessem sofrido ao saber que a violação da legalidade socialista havia atingido também os representantes da cultura judaica.

Foi o próprio PCUS que, por sua própria iniciativa, se levantou contra o culto à personalidade e suas consequências. E, como convém a uma direção leninista, o CC do PCUS corrigiu também, tão rapidamente como possível, em todos os domínios da vida, o que deve e pode ser corrigido. Toda essa tragédia já pertence ao passado e nós estamos voltados para o futuro. Nós não nos ocuparemos mais dela, mas a reação tenta aproveitar-se disso para um fim odioso, contra a paz mundial. E é preciso confessar que ela foi ajudada por alguns comunistas ou ex-comunistas, que perderam a análise e o método marxista-leninista de encarar os problemas. E alguns dentre eles chegaram mesmo a degingolar para o outro lado da barricada, para a ideologia capitalista, perdendo totalmente o pé, renunciando a toda base socialista.

Entre alguns, só a emoção tem a palavra, sem controle do cérebro. E' bom ter um coração ardente, mas é próprio do homem possuir, além de um coração sensível, um espírito lícido que reflete calmamente. E é muito ruim que o cérebro se esqueça, sobretudo entre os comunistas. Porque isso impede a análise objetiva do desenvolvimento e de suas causas; e deixa-se de ver a perspectiva desse desenvolvimento. Esquece-se a contradição fundamental da sociedade: a contradição entre o capitalismo em declínio, que provocou o fascismo, a segunda guerra mundial, em que foram exterminados seis milhões de nossos irmãos judeus, de um lado; e o socialismo de outra parte, o qual se levanta, como o sol, libertando e salvando todos os povos, inclusive o povo judeu.

Sobre o sol também aparecem às vezes manchas. Mas ninguém, fosse êle o mais erudito dos sábios, permitir-se-ia afirmar que isso modifica por pouco que seja o fato essencial: o sol dá vida a todos os seres, luz e calor ao gênero humano, a todos os animais e a todas as plantas da terra? Há dias, também, em que as nuvens ocultam a superfície do sol. Apenas os ignorantes deixar-se-ão cegar e não compreenderão que o sol não desapareceu, que êle continua o mesmo, com todas as suas qualidades e propriedades e que êle continua, mesmo sob as nuvens, a irradiar, a iluminar e a aquecer todos os seres.

Mas mesmo se o nosso sábio pretendesse que o sol não é mais o sol e que em consequência, não acreditasse mais na existência do sol, isso não modificaria nada no estado objetivo das coisas. Isso não refletiria a realidade objetiva, mas somente o fato de que nosso sábio ignora certos dados elementares da natureza. Não é preciso dizer que as conclusões tiradas de tais teses só podem servir aos inimigos da luz.

Meir VILNER (Membro do Birô Político do P. C. de Israel)

de reparação com Bonn, e que, no Congresso Judaico de Paris se opôs obstinadamente à resolução de protesto contra a reconstituição na Alemanha Ocidental do exército nazista comandado por generais hitleristas, êsse homem lançou recentemente em Londres, durante a sessão do Congresso Judaico Mundial, uma campanha mundial contra a URSS, em nome de cultura judaica naquele país. Poder-se-ia profanar de maneira mais baixa o nome de Markisch, de Halkin, de Hoppstein e de seus camaradas, cujas últimas obras eram inteiramente consagradas à luta contra o militarismo alemão?

Nós comunistas repelimos com desgosto êsse jogo repugnante e hipócrita dos arautos judeus da propaganda do Departamento de Estado norte-americano. Os escritores judeus soviéticos pertencem a nós, irmãos ligados pelo mesmo ideal comunista, que honramos sua memória, como êles o teriam desejado: prosseguindo na luta contra o fascismo e a reação, contra a guerra e pela paz, por uma solidariedade total e inquebrantável com a URSS, que é a melhor amiga e a mais fiel do povo judeu, como de todos os povos amantes da paz e da liberdade.

Não é certamente a preocupação com os judeus ou a cultura judaica que dominava o

presidente do Congresso Judaico mundial, quando lançava uma campanha anti-soviética internacional. Se êle se preocupasse realmente com os judeus lutaria contra o renascimento do exército nazista. Protestaria contra a nomeação do general hitlerista Speidel, assassino de judeus, para o comando das forças terrestres da OTAN, no setor da Europa central. Erguer-se-ia contra os graves casos de anti-semitismo que se manifestam nos E.E.U.U. e na Alemanha Ocidental e contra a restauração das organizações anti-semitas nesses países.

E quanto aos reacionários israelitas, se êles pensassem seriamente no povo de Israel, deveriam melhorar as condições miseráveis em que vivem centenas de milhares de judeus de Israel, dos pobres que dependem da assistência social, dos desempregados, dos analfabetos. E sobretudo, se êles se inquietassem com o futuro dos judeus de Israel, com o futuro do Estado de Israel, não teriam aderido à doutrina Eisenhower, que é um dos principais instrumentos de preparação de uma terceira guerra mundial, guerra atômica e de hidrogênio, que ameaça exterminar centenas de milhões de seres humanos. E as massas judaicas não estariam, certamente, entre as últimas a sofrer a catástrofe.

Além disso, como osam êles falar em direitos das minorias nacionais, aqueles mesmos que governam as regiões árabes à custa de uma cruel administração militar, confirmando a minoria árabe de Israel em verdadeiros ghettos? De que direito moral ensinam tais questões os inspiradores do terrível program de

(CONCLUI NA 11ª PAG.)

CAMPANHA MUNDIAL EM FAVOR DE PAUL ROBESON

Desenvolve-se neste momento em todo o mundo uma campanha contra as restrições impostas a Paul Robeson pelo Departamento de Estado norte-americano, e que o impedem de viajar para fora dos Estados Unidos, já há longos anos.

Paul Robeson, o maior cantor negro dos Estados Unidos e um dos maiores de nossa época, vai completar 60 anos em 9 de abril próximo. Desde 1950, como consequência do «mac-carthismo», foi-lhe cassado o passaporte, em virtude de sua participação ativa no movimento mundial em defesa da paz e nas lutas em defesa dos direitos democráticos da população negra dos Estados Unidos, Paul Robeson ficou assim privado de atender a centenas de convites para «tournées» artísticas e para concertos em países estrangeiros. Simultaneamente, dentro mesmo dos E.E.U.U. foi desenvolvida pelo FBI uma campanha sistemática de silêncio e de isolamento social do grande cantor. Houve época mesmo, no auge do mac-carthismo, em que as lojas de discos eram pressionadas para que não vendessem gravações de Paul Robeson. Robeson foi também envolvido nos famosos processos de «desacato ao Congresso», do mesmo gênero daquele a que está respondendo o famoso dramaturgo Arthur Miller — por se negar a denunciar amigos ou conhecidos seus como comunistas, ou a responder a quesitos inconstitucionais sobre suas convicções políticas.

Apesar de todas essas perseguições, Paul Robeson continuou firme na defesa de seus ideais. Não podendo ir ao estrangeiro, enviava suas vibrantes mensagens musicais gravadas em fitas magnéticas, como foi o caso dos famosos «Cantos de Paz», ofertados ao Conselho Mundial da Paz, do qual é não só membro como laureado com o Prêmio Internacional da Paz. De outra feita Paul Robeson cantou durante várias horas junto à

fronteira do Canadá, numa pequena cidade — enquanto do lado canadense milhares de pessoas se aglomeravam para ouvi-lo. Formou-se em Londres um «Comité Paul Robeson», do qual fazem parte personalidades como Aneurin Bevan, o Bispo de Birmingham e o deputado W. D. Griffiths. Esse comité está apelando para os admiradores de Paul Robeson e para os democratas em geral, no mundo inteiro, a fim de que comemorem o 60º aniversário de Paul Robeson, e intensifiquem desse modo a campanha pelo restabelecimento da plenitude dos direitos civis para o grande cantor, de tal maneira que possa dar concertos em qualquer país do mundo. Nessa data Paul Robeson transmitirá pelo telefone internacional um concerto que poderá ser facilmente retransmitido pelas estações de rádio.



Paul Robeson numa escultura do artista norte-americano Epstein

3 — A REAÇÃO JUDIA PROFANA A MEMÓRIA DOS ESCRITORES JUDEUS

A luz desses fatos históricos, como aparece despida de senso a campanha anti-soviética da reação judaica e de certos chamados comunistas! Estes confundem arbitrariamente os poucos casos trágicos de violação da legalidade socialista, contra escritores judeus da URSS, ocorridos ao mesmo tempo que outros casos semelhantes, com uma política anti-semita, o que é uma coisa inteiramente diferente.

Jamais houve na URSS uma política anti-semita. Muito ao contrário, sempre se aplicou na URSS uma política de combate ao anti-semitismo e os anti-semitas foram sempre punidos por lei, com extrema severidade. O caso dos escritores judeus nada tem de comum com o anti-semitismo. Eles não foram golpeados como judeus, assim como certos ucranianos, russos ou georgianos não sofreram também injustiças pelo fato de pertencerem aos povos ucraniano, russo e georgiano.

A calúnia segundo a qual a URSS tivesse numa determinada época praticado uma política anti-semita, não passa de uma invenção maldosa dos inimigos da URSS, os quais mergulham êles próprios, até o pescoço, no lodo do chovinismo e do racismo antinegro e anti-judeu e que assassinam em massa os argelinos e os habitantes do Kenya em luta por sua liberdade.

O ridículo da acusação de anti-semitismo, lançada contra a URSS, transparece do fato seguinte: no mesmo momento em que se desenrolou o drama dos escritores judeus na URSS, em consequência da violação da legalidade socialista, a URSS defendia na ONU a criação do Estado judeu, do Estado de Israel. Isso não provará até que ponto é ignóbil a calúnia que acusa de anti-semitismo o país que serve de modelo para a fraternidade dos povos e a luta contra o racismo?

Os escritores judeus na URSS eram comunistas conscientes, adeptos entusiastas do socialismo, militantes antifascistas influentes que se dedicavam à ação contra a guerra e pela paz. Que existe de comum entre Nahou... Goldman, presidente da Organização sionista, e os escritores comunistas? Durante anos, os dirigentes da Organização sionista mundial e do Congresso Judeu mundial não fizeram senão difamar e zombar dos escritores comunistas judeus da URSS. Nós, comunistas, podemos dizer a êsses senhores reacionários: vocês odiavam mortalmente a Bergelson, Itsik Fefer e seus camaradas. Vocês eram inimigos jurados de suas concepções comunistas e de todo o seu gênio criador. Tirai vossas mãos sujas desses escritores comunistas, nossos camaradas. Cessai de profanar a sua memória!

O homem que assinou os odiosos acordos

Juventude Alegre e Combativa Nos Campos e Nas Cidades de S. Paulo

I — A exploração brutal dos jovens camponeses — Jornadas de 11 a 12 horas e salários de 20 a 30 cruzeiros por dia — Salário mínimo e férias: duas entre muitas reivindicações — O projeto Ferrari precisa ser aprovado.

II — O esporte amador e varzeano — A politicagem e os «cartolas» prejudicam os pequenos clubes — O programa aprovado no I Congresso dos Clubes esportivos.

III — O futuro é o problema — Onde se fundem a alegria e o patriotismo.

(Segunda e última reportagem de uma série)
por Moacir LONGO

Sabe-se que a população agrária do Estado é de cerca de 7 milhões de pessoas, sendo que dessas, mais de 3 milhões são assalariados agrícolas, arrendatários, meeiros, parceiros, colhos, peões, etc. Um terço dessa massa que labuta na terra é constituída de jovens.

Se as condições de vida da juventude nas cidades, onde existe uma legislação social, são difíceis, no campo ainda é muito pior. Além de não ter nenhuma proteção, a juventude camponesa está desorganizada, desunida, portanto exposta à mais sordida exploração dos latifundiários e capitalistas. A jornada de trabalho para crianças, jovens e velhos, é de 11 e 12 horas, o salário não vai além de 20 a 30 cruzeiros para o jovem que faz o mesmo serviço do adulto. Quando falamos de jovem não nos referimos apenas aos de mais de 14 anos, porque no campo, as meninas e garotos começam a trabalhar a partir dos 8 e 9 anos de idade. Além disso, vegetam na mais negra miséria, em péssimas moradias, doentes (tracoma, impudismo, etc.), se alimentando pouco e mal, sem condições de se alfabetizarem, descalços e mal vestidos.

FORMAS BRUTAS DE EXPLORAÇÃO

Os fazendeiros empregam na lavoura métodos semi-feudais de exploração de seus empregados. O colono de café, por exemplo, é contratado junto com toda sua família que se encarrega de «tocar» (como se diz no campo) tantos mil pés de café à 3,500 ou 4.000 cruzeiros por mil pés, trabalhando ali todos da família, desde as crianças, até a mulher. Este colono não tem pouquíssimos direitos, e muitos deveres. Terminado o contrato vai procurar outro fazendeiro, sem gozar de férias, sem indenização, sem nada. Se fica devendo o que é frequente, no fim do ano é obrigado a permanecer na fazenda até pagar.

A FEIRA DE TRABALHADORES NAS CIDADES

Nos últimos anos vem se tornando norma para os fazendeiros, contratar assalariados volantes nas cidades, onde em uma praça, todas as manhãs se juntam centenas de trabalhadores formando uma espécie de feira de mão de obra. Ali aparecem os caminhões das fazendas com um capataz, realizando verdadeiro leilão, escolhendo entre os trabalhadores os mais jovens para poder tirar deles o máximo naquele dia para depois no dia seguinte pegar outro. O preço varia de acordo com a oferta e a procura e de acordo com a temporada, se é na safra, mais, se é na entre safra, menos.

A ORGANIZAÇÃO DA JUVENTUDE CAMPONESA

O grau de organização é o nível das lutas dos camponeses ainda é baixo, particularmente da juventude, de um lado por causa das perseguições policiais, de outro por falta de consciência de suas forças e de seus direitos. Melhora gradualmente, nos últimos anos, o grau de organização, e intensificam-se as lutas camponesas, e sem dúvida delas participam os jovens, surgem vários sindicatos de trabalhadores agrícolas, etc. No ano de 1954 a juventude cam-

democrática, que liquide os restos feudais e o monopólio feudal da terra, ainda existente no campo em nosso país.

ESPORTE AMADOR E VARZEANO

Em São Paulo existem cerca de 8 mil clubes e entidades que praticam os mais diversos esportes. Congregam em suas fileiras aproximadamente meio milhão de cidadãos de diferentes camadas sociais, com as mais diversas idéias, crenças, e opiniões políticas. Apesar disso um objetivo os une e os faz fraternizar: a prática da cultura física, a organização de divertimentos e o esporte.

Mas estas entidades que realizam a recreação, competições esportivas, que contri-

para pôr fim a esta situação. Isto porque nem os organismos que deviam se interessar pelos problemas dos esportes amadores varzeanos — Conselho Municipal de Esportes e Departamento Varzeano da Federação Paulista de Futebol — cuidam de exigir e aplicar as verbas para este fim, porque não têm autonomia e seivem de joguete nas mãos dos «cartolas» do esporte e de políticos que só sabem defender seus interesses pessoais. Entre as inúmeras tentativas, podemos lembrar os congressos realizados, as mesas redondas, as convenções, as ligas locais de ajuda mútua, a participação nas eleições apoiando candidatos que prometiam ajuda financeira, camisetas, campos etc., mas que depois de eleitos traíram estes compromissos. Enfim toda esta luta produziu pouco resultado.

O I CONGRESSO DOS CLUBES ESPORTIVOS

Mas em fins de 1956, os clubes esportivos participaram do grandioso I Congresso dos Clubes Esportivos, organizado por um numeroso grupo de abnegados esportistas, que teve o patrocínio dos «FOLHAS». Este conclave teve um longo período de preparação. Contou com a participação ativa de mais de 300 clubes e com o apoio das mais importantes organizações esportivas do Estado de São Paulo e de grande número de personalidades. No processo de sua preparação realizaram-se dezenas de mesas redondas, onde se discutiam as teses que seriam levadas ao congresso, e que, em sua maioria, foram transformadas em resoluções.

O seguinte programa de luta dos esportistas foi aprovado no referido congresso:

- 1 — Construção de estádios distritais e entrega aos clubes sem cobrança de taxas.
- 2 — Assistência médica e hospitalar gratuita aos esportistas.
- 3 — Fornecimento de alvarás gratuitos aos clubes para seu funcionamento esportivo e suas realizações festivas.
- 4 — Construção de campos terraplanados para os clubes quando este indíquem terrenos adequados para tal e tenham obtido autorização de seu proprietário.
- 5 — Construção de ginásios e quadras nos bairros para a prática do volei, basquete, box, etc.
- 6 — Auxílio financeiro aos clubes através de verbas e a retirada de 1% das rendas de jogos profissionais para destiná-las às agremiações amadoras varzeanas.

PROMESSAS NÃO CUMPRIDAS

Os esportistas têm levado a efeito uma série de tentativas,



Uma família de colonos de uma fazenda de café. A tê crianças, segundo é habitual nos contratos, também devem trabalhar. São consideradas «meia enxada».

7 — Aprovação do projeto Rogé Ferreira que democratiza a legislação esportiva.

8 — Realizar em agosto de 1958 novo congresso dos clubes esportivos.

Depois deste congresso onde se observou um espírito de unidade e a disposição de vencer dos clubes varzeanos, já conseguiram algumas vitórias. Foram construídos 3 estádios distritais, o Conselho Municipal de Esportes recebeu uma verba de 4 milhões em 1957 que foi empregada na ajuda aos esportes amadores, a Prefeitura passou a atender a alguns pedidos de clubes para que fossem terraplanados seus campos, já deu entrada na F.P.F. um projeto de reforma dos estatutos da entidade no sentido de dar autonomia ao Departamento Varzeano, criação da Divisão Autônoma Varzeana.

O FUTURO É O PROBLEMA

Esta é em traços gerais a situação da juventude paulista. O jovem depois de terminar o curso primário, sonha com muitas coisas para seu futuro, mas as barreiras que se erguem diante dele obrigam-no a se colocar dentro da realidade e tomar o caminho de seus pais e ir-



Aos 10 anos, o jovem camponês já trabalha duramente. Precisa de escola e meios para praticar esportes

mãos, enfrentar a fábrica e fazendas, esquecer sonhos de estudar.

Com o tempo, porém vai compreendendo a necessidade de lutar e de se organizar para alcançar o futuro que almeja.

O jovem ama a liberdade, a justiça e a pátria, porisso é sensível a todo movimento justo. Isto é verdade para os filhos das camadas pobres e das famílias abastadas. Observamos no Brasil a elevação do nível de consciência política da juventude. Como prova podemos citar a entusiástica participação da mocidade no movimento nacionalista, a sua luta em defesa das liberdades democráticas, sua contribuição nas greves. Cresce a simpatia dos moços pelo socialismo, com seus feitos retumbantes, no terreno das conquistas científicas, econômicas e sociais. E esta perspectiva é que já infunde a grande parte da juventude brasileira confiança no futuro de sua pátria e de toda humanidade. Os dois «Sputniks» lançados na União Soviética excitaram tremendamente a imaginação dos jovens e atraíram a sua atenção para as maravilhas de que é capaz o gênio humano.

Os jovens brasileiros, operários, camponeses ou estudantes, possuem inesgotável alegria. Basta ver com que entusiasmo se lançam a festa e às competições esportivas, com que bom humor enfrentam as mais sérias dificuldades. Cometeria um grave erro quem fizesse omissão de sua capacidade de ser alegre que tem o jovem brasileiro e, está claro, o jovem paulista. A princípio poderia parecer que se trata de uma juventude despreocupada e sem vontade de lutar por uma vida melhor. Mas este é outro grave engano. O mesmo jovem louco por festa, pelo futebol ou pela praia, é frequentemente o nacionalista ardoroso que participa das passeatas e dos comícios por um Brasil independente e progressista.

Para Defender um Produto de Países Subdesenvolvidos Criada a Organização Internacional do Café Por Decisões dos Representantes de 35 Países

COMO TRANSCORREU A CONFERÊNCIA DO CAFÉ, NO RIO — AS DIFICULDADES QUE ENFRENTA A ECONOMIA CAFEEIRA MUNDIAL — TRES TIPOS DE CONTRADIÇÕES — OS ESTADOS UNIDOS TENTARAM TORPEDEAR O CONCLAVE — QUINZE PAISES JÁ ASSINARAM O CONVÊNIO — VENDA DE CAFÉ AOS PAISES SOCIALISTAS — A OIC PODERÁ TRAZER BENEFÍCIOS A NUMEROSOS PAISES SUBDESENVOLVIDOS

CONVOCADA pelo Brasil, reuniu-se de 20 a 27 de dezembro, nesta cidade, a 1ª Conferência Internacional do Café com o objetivo de criar a Organização Internacional do Café (OIC), aprovar e assinar o seu Convênio constitutivo.

Nessa conferência participaram delegações de 23 países produtores de café (representando mais de 90% das exportações da rubiçoa), 12 países consumidores e 10 entidades internacionais. Países produtores representados: Brasil, Colômbia, México, El Salvador, Guatemala, Venezuela, República Dominicana, Costa Rica, Equador, Haiti, Nicarágua, Cuba, Honduras, Peru, Portugal, Bélgica, Espanha, Índia, Indonésia, Países Baixos, Panamá, França e Reino Unido; países consumidores: Alemanha, Argentina, Canadá, Chile, Dinamarca, Estados Unidos, Itália, Noruega, Paraguai, Polónia, Suécia e Tchecoslováquia; entidades internacionais: Bureau Panamericano do Café, Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), Conselho Interamericano de Comércio e Produção, Conselho Interamericano Econômico e Social, Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas, Federação Cafeteira da América (Fecafam), Instituto Interamericano de Estatística, Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), Organização dos Estados Americanos (OEA) e Comissão Coordenadora da Organização Internacional do Café.

1 — ESTABILIZAR OS PREÇOS

A economia cafeeira mundial vem enfrentando sérias dificuldades que têm preocupado os governos dos países produtores da rubiçoa, particularmente dos países do continente americano, que contribuem com 76% das exportações mundiais de café, e têm nos Estados Unidos os compradores mais de 50% de suas exportações.

Essas dificuldades podem ser esquematizadas da seguinte maneira: a) — quedas acentuadas nas exportações, particularmente para os Estados Unidos; b) — o consumo mundial cresce no mesmo ritmo que a produção; c) — aviltamento dos preços do café, provocado por meia dúzia de firmas norte-americanas, que monopolizam o comércio mundial do produto.

Uma solução imediata para a situação dessas dificuldades, embora artificial e temporária, foi encontrada pelos produtores latino-americanos com a assinatura do Acordo do México. Estabelecendo o regime de contenção das exportações de café, com a fixação de quotas para cada país, o Acordo do México restabeleceu o equilíbrio entre a oferta e a procura e provocou imediata elevação nos preços do produto.

Tal política, no entanto, traz em seu bojo consequências negativas, e até certo ponto desastrosas, para a economia cafeeira — de imediato determinou o acúmulo de grandes estoques de café, como no Brasil onde eles já se elevam a milhões de sacas, uma vez que as quotas de exportação fixadas no México, estão aquém das possibilidades da maioria dos países signatários daquele documento. Essa situação agrava-se ainda mais como resultado da queda verificada nas importações de café pelos Estados Unidos. Nos 10 primeiros meses de 1957, os Estados Unidos importaram 16.399.854 sacas, contra 18.204.788 sacas no mesmo período de 1956 — quase 20 milhões de sacas a menos, portanto. Os países mais afetados foram o Brasil e a Colômbia — o primeiro com um decréscimo de 1.600.000 sacas em suas exportações para os Estados Unidos, e o segundo com 650.000 sacas.

Dentro desse quadro, ligeiramente esboçado, da conjuntura da economia cafeeira, a criação e estruturação da Organização Internacional do Café (OIC) assumiu enorme importância para os países produtores da rubiçoa. A OIC objetivou de acordo com o seu convênio constitutivo, defender a produção e a indústria cafeeira, incentivar o seu consumo tanto nos mercados já estabelecidos como nos de consumo potencial, proporcionar um foro internacional para a discussão das questões da economia cafeeira. Além disso, a OIC está constantemente medidas que considerar necessárias para assegurar uma expansão contínua do consumo de café e o desenvolvimento satisfatório da economia cafeeira, sugerindo aos governos dos países membros.

Desta forma, a OIC veio complementar o Acordo do México, organizando em escala muito maior e em torno de objetivos mais amplos, os países produtores de café. A OIC será, assim, constituída numa entidade capaz de formular e sugerir medidas tendentes a solucionar não apenas as dificuldades por nós inicialmente esquematizadas, mas todo e qualquer problema que afete a economia cafeeira mundial.

2 — Divergência principais no seio Conferência

No seio da Conferência Internacional do Café surgiram três tipos principais de divergência: a) — entre os países produtores e os consumidores de café; b) — entre os países produtores e os países latino-americanos e os africanos; c) — entre os grandes e os pequenos produtores do continente.

Os países consumidores de café, entre os quais se encontram os Estados Unidos, manifestaram interesse em estabelecer acordos com os produtores de café, não visando com a criação de uma entidade internacional.

Reportagem de FRAGMON CARLOS BORGES

Como a OIC, dotada de importantes poderes, não poderia exercer tais poderes tão amplos, principalmente num momento em que os principais países produtores de café, com o México, colossaram a defesa daquele produto em termos inaceitáveis pelas grandes firmas importadoras norte-americanas; elevação e estabilização dos preços, atração do estabelecimento do equilíbrio entre oferta e procura no mercado mundial do café. Os países consumidores revelaram suas desconfianças em relação à OIC, apesar das reiteradas afirmações dos principais promotores da conferência de que ela seria uma organização de produtores e consumidores.

Essa contradição mais importante da conferência, remonta em favor dos países produtores de café, uma vez que foi criada a Organização Internacional do Café com os objetivos e poderes previstos por seus organizadores.

Por outro lado, revelaram-se não coincidentes os pontos de vista dos produtores latino-americanos e os dos produtores africanos, particularmente daqueles que ainda encontram subordinados a si os produtores europeus que são, também, países consumidores de café. No fundamental, os produtores africanos — como os da Costa do Marfim, Guiné Francesa, Camarões, Madagascar e África Ocidental Francesa, presentes à conferência — que, apesar do pouco tempo que se ocupam com a cultura cafeeira, já representam cerca de 22% das exportações mundiais de café, desejam continuar a expandir as áreas da cultura cafeeira e ampliar suas exportações, não concordando assim com os termos do Acordo do México. Os produtores africanos, tendem a seu favor um baixo

3 — Os Estados Unidos tentaram torpedear a OIC

O governo dos Estados Unidos representando os interesses de meia dúzia de firmas norte-americanas que monopolizam o comércio mundial do café, procurou torpedear por todos os meios a criação da Organização Internacional do Café. A existência de uma organização internacional com os poderes previstos pelo parágrafo 4 do Convênio, não era do agrado das firmas americanas, por motivos óbvios.

Intenso trabalho nos bastidores da conferência foi realizado por Mr. Harold Randall, presidente do Conselho Econômico e Social da Organização dos Estados Americanos, com o fim de introduzir modificações substanciais no texto daquele parágrafo. Nesses comentários sigilosos, Mr. Randall revelou as preocupações do governo dos Estados Unidos diante das pressões dos países cafeicultores, e afirmou que o seu governo, considerando perigoso e contrário aos interesses dos

ao comércio com a União Soviética, desde que se veja do interesse da economia dos países americanos. A OEA não se oporia, afirmou o sr. Mora, à venda de café aos países socialistas.

No mesmo sentido manifestou-se o sr. Paulo Guzzo, presidente do Instituto Brasileiro do Café. Falando aos jornalistas, o dr. Guzzo afirmou que o Brasil precisa conquistar novos mercados para o seu café, sejam eles quais forem. Sobre o nosso comércio com a União Soviética e outros países socialistas, o sr. Paulo Guzzo declarou que, em qualquer lugar em que haja consumo de café, devê-se colocar o nosso produto.

Em declarações a este reporter, o sr. François Genard, Diretor dos Assuntos Econômicos da Costa do Marfim, disse ser partidário da venda de café aos países socialistas, acrescentando: — Acredito nas possibilidades consumidoras de café dos países do Leste europeu. O que é preciso é fazer-se intensa propaganda do produto.

Da mesma forma o sr. Pler Koutou, Ministro dos Assuntos Econômicos do Camerão, declarou-se favorável à venda do café aos países socialistas, afirmando: — Quanto ao comércio com os países socialistas, quero dizer que deve ser estendida a propaganda para o consumo do café através de todos os mercados consumidores potenciais, sem distinção de estrutura política.

A Conferência Internacional do Café concluiu os seus trabalhos plenamente vitoriosa em seus objetivos essenciais. Em que pese a aprovação de algumas emendas que enfraqueceram em parte a Organização Internacional do Café, essa entidade mantém condições para desempenhar papel de transcendental importância em defesa da economia cafeeira mundial e beneficiar numerosos países subdesenvolvidos. O seu Convênio, aprovado unanimemente pela conferência, já foi assinado por quinze países produtores de café, permanecendo aberto à ratificação dos demais países, até 31 de julho próximo. Foram os seguintes os países que assinaram o convênio: Brasil, Colômbia, México, Cuba, Haiti, Costa Rica, Venezuela, Guatemala, Honduras, República Dominicana, Peru, Equador, Nicarágua, El Salvador e Portugal, que representam cerca de 80% das exportações mundiais de café. A sede da OIC será na capital de nosso país.

5 — QUINZE PAISES ASSINARAM

A Conferência Internacional do Café concluiu os seus trabalhos plenamente vitoriosa em seus objetivos essenciais. Em que pese a aprovação de algumas emendas que enfraqueceram em parte a Organização Internacional do Café, essa entidade mantém condições para desempenhar papel de transcendental importância em defesa da economia cafeeira mundial e beneficiar numerosos países subdesenvolvidos. O seu Convênio, aprovado unanimemente pela conferência, já foi assinado por quinze países produtores de café, permanecendo aberto à ratificação dos demais países, até 31 de julho próximo. Foram os seguintes os países que assinaram o convênio: Brasil, Colômbia, México, Cuba, Haiti, Costa Rica, Venezuela, Guatemala, Honduras, República Dominicana, Peru, Equador, Nicarágua, El Salvador e Portugal, que representam cerca de 80% das exportações mundiais de café. A sede da OIC será na capital de nosso país.

Para se ter uma idéia da importância do café no conjunto da economia da maioria daqueles países, damos a seguir um quadro bastante ilustrativo:

IMPORTANCIA DO CAFÉ	
PERCENTAGEM SOBRE O VALOR DA EXPORTAÇÃO TOTAL	
Países	Ano de 1956
Guatemala	82,4
El Salvador	77,5
Colômbia	76,5
Brasil	69,5
Haiti	69,5
Costa Rica	53,3
Nicarágua	53,6
Equador	24,7
Honduras	24,7
República Dominicana	25,1



O clichê mostra parte da assistência, que superlotou a UNE e, ao lado, o presidente da Câmara do Comércio e Indústria do Brasil, Sr. Oscar Argôlo, quando usava da palavra, expressando o pensamento de amplos círculos econômicos a favor de relações com a URSS e demais países socialistas.

Afirmação Unitária Pelas Relações Com Todos os Países

O MOVIMENTO Nacionalista Brasileiro e a União Nacional dos Estudantes promoveram no dia 28 passado, na sede da UNE, um ato público destinado a comemorar o sesquicentário da abertura dos portos e prestar uma homenagem ao sr. Oswaldo Aranha por motivo das suas patrióticas declarações a respeito da necessidade de reatamento de relações diplomáticas e comerciais com os países socialistas.

Compareceu ao ato, apesar da chuva, uma numerosa assistência, que superlotou os salões da máxima entidade universitária. Dirigiu a solenidade o acadêmico Wellington Vasconcelos Aguiar, secretário de imprensa da UNE (os demais dirigentes da UNE se ausentaram, em virtude da reunião do Conselho Nacional dos Estudantes em São Paulo). Entre as personalidades que compareceram a mesa figuraram o sr. Oscar Argôlo, presidente da Câmara de Comércio e Indústria do Brasil, o sr. Pereira Filho, representante do prefeito do Distrito Federal, os deputados Pedro Braga, Georges Galvão, Leônidas Cardoso, Benjamin Farah e José Gomes Talarico, o sr. Breano da Silveira, presidente da seção do Distrito Federal do Partido Socialista Brasileiro, o ex-senador Guilherme Malaquias, o general Henrique Cunha, o ator Modesto de Souza, o general Felcissimo Cardoso, representante do Movimento Brasileiro dos Partidários da Paz, o acadêmico José Frejat, secretário do Movimento Nacionalista Brasileiro, os coronéis Salvador de Sá e Benevides e Solon Estillac Leal, o vereador Hélio Walacer, o sr. Donato de Oliveira, secretário-geral do Mov. Nacionalista da Paraíba, os srs. Alves do Amaral, Waldir Gomes, Adauto Rodrigues, Manuel Bonfim e Antônio Luiz Araújo, presidentes, respectivamente, dos Sindicatos dos Comissários da Marinha Mercante, dos Marinheiros, dos Alfaiates, da Associação dos Trabalhadores do DNER e da Associação dos Remanidos da Paraíba.

Fol primeiro orador o deputado federalista Pedro Braga, da Frente Parlamentar Nacionalista, que prestou homenagem ao sr. Oswaldo Aranha e deu a seguinte declaração:

Uma solução imediata para a situação dessas dificuldades, embora artificial e temporária, foi encontrada pelos produtores latino-americanos com a assinatura do Acordo do México. Estabelecendo o regime de contenção das exportações de café, com a fixação de quotas para cada país, o Acordo do México restabeleceu o equilíbrio entre a oferta e a procura e provocou imediata elevação nos preços do produto.

Tal política, no entanto, traz em seu bojo consequências negativas, e até certo ponto desastrosas, para a economia cafeeira — de imediato determinou o acúmulo de grandes estoques de café, como no Brasil onde eles já se elevam a milhões de sacas, uma vez que as quotas de exportação fixadas no México, estão aquém das possibilidades da maioria dos países signatários daquele documento. Essa situação agrava-se ainda mais como resultado da queda verificada nas importações de café pelos Estados Unidos. Nos 10 primeiros meses de 1957, os Estados Unidos importaram 16.399.854 sacas, contra 18.204.788 sacas no mesmo período de 1956 — quase 20 milhões de sacas a menos, portanto. Os países mais afetados foram o Brasil e a Colômbia — o primeiro com um decréscimo de 1.600.000 sacas em suas exportações para os Estados Unidos, e o segundo com 650.000 sacas.

Dentro desse quadro, ligeiramente esboçado, da conjuntura da economia cafeeira, a criação e estruturação da Organização Internacional do Café (OIC) assumiu enorme importância para os países produtores da rubiçoa. A OIC objetivou de acordo com o seu convênio constitutivo, defender a produção e a indústria cafeeira, incentivar o seu consumo tanto nos mercados já estabelecidos como nos de consumo potencial, proporcionar um foro internacional para a discussão das questões da economia cafeeira. Além disso, a OIC está constantemente medidas que considerar necessárias para assegurar uma expansão contínua do consumo de café e o desenvolvimento satisfatório da economia cafeeira, sugerindo aos governos dos países membros.

Desta forma, a OIC veio complementar o Acordo do México, organizando em escala muito maior e em torno de objetivos mais amplos, os países produtores de café. A OIC será, assim, constituída numa entidade capaz de formular e sugerir medidas tendentes a solucionar não apenas as dificuldades por nós inicialmente esquematizadas, mas todo e qualquer problema que afete a economia cafeeira mundial.

No entanto a recente Conferência da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), em Paris, não logrou colocar os povos diante do fato consumado da instalação de novas bases atômicas e de rampas de lançamento de foguetes atômicos. A inquietação e a vontade da opinião pública não puderam ser eliminadas. Isso constitui uma nova prova do poderio crescido dos povos nas questões internacionais, para a manutenção da paz. Mas é necessária a vigilância, afim de impedir a realização desses perigosos projetos no curso de entendimentos militares secretos.

A instalação de rampas de lançamento de foguetes de grande ou de médio alcance, a criação de depósitos de armas atômicas na Europa e as novas experiências dessas armas fazem pesar sobre a humanidade perigos muito graves. A parcela de horas de trabalho e de riqueza

DECLARAÇÃO DO PROFESSOR FREDERIC JOLIOT-CURIE

O grande cientista francês Frederic Joliot-Curie, Prêmio Nobel, de física, presidente do Conselho Mundial da Paz, acaba de emitir, em nome dessa organização, a seguinte declaração:

«Uma época em que a razão dos homens pode ser mais forte que as ameaças de emprego da força, assistimos à tentativa de instalar na Europa, durante os primeiros meses de 1958, os engenhos mais mortíferos e os meios modernos para transportá-los. Os nomes desses novos engenhos-projetos I. R. B. M., ou ogivas nucleares, não podem fazer esquecer que se trata de armas atômicas, cujas experiências continuam, e que seriam postas à disposição de novos países.

Naturalmente absorvidas por esses monstruosos rearmamentos é a causa de um grande



Frederic Joliot-Curie

desequilíbrio econômico que aumenta os perigos de guerra e as incompreensões entre os Estados, e afeta a riqueza de cada um deles. Essas riquezas naturais e essas horas de trabalho, postas ao serviço da ciência e de outras atividades pacíficas, aumentariam a segurança material de cada ser humano e fariam recuar as graves doenças ainda não vencidas, a fome e a subalimentação que ainda existe para uma importante fração da humanidade.

Estou convencido de que um grande esforço da opinião pública mundial terá como consequência, em 1958, ajudar os homens de Estado responsáveis a entabularem novas e frutuosas negociações para a cooperação internacional e o desarmamento.

Paris, 27 de dezembro de 1957.



Oswaldo Aranha: justa homenagem na UNE

clarou que, ao comemorar a data da abertura dos portos, o Brasil não poderia continuar ignorando um país como a URSS, onde a cultura e a arte estão em nível tão elevado. Terminou afirmando que apresentaria à Câmara uma proposta para a abertura dos portos a todos os países.

Usou da palavra, em seguida, o general Henrique Cunha, em nome da Associação Benjamin Constant, Deodoro e Florianópolis.

VANTAGENS DO INTERCÂMBIO COM O MUNDO SOCIALISTA

O sr. Oscar Argôlo expressou-se em termos veementes sobre a necessidade que tem o Brasil de atingir novos mercados, mostrando as vantagens do intercâmbio com a União Soviética e demais países socialistas. Acentuou que as diferenças de regime social não impedem as trocas comerciais entre os países.

OUTROS ORADORES

Usaram da palavra, ainda, o acadêmico Vinícius Silva, representante do Diretório Central da Universidade do Brasil, o deputado petebista José Gomes Talarico, o estudante Paulo Cesar, representante da U.E.S. e o operário Manoel Gomes, presidente do Sindicato dos Marinheiros da Paraíba.



Na direita o sr. Oscar Argôlo, presidente da Câmara de Comércio e Indústria do Brasil, e ao lado dele o sr. Paulo Guzzo, presidente do Instituto Brasileiro do Café.



O delegado de Beléica, Índia e República Dominicana à Conferência Internacional do Café.

PERGUNTAS e RESPOSTAS

EXISTE UMA POSSIBILIDADE REAL PARA MODIFICAR A POLÍTICA EXTERNA DO PAÍS?

EM NOTA recente, o presidente do Comitê Central do Partido chamou a atenção de todos os militantes para a importância primordial da luta pela paz e assinalou o fato de que a contribuição mais efetiva à causa da Paz mundial, atualmente, no Brasil, consiste na luta pela modificação da política externa do país.

Surge, naturalmente a pergunta:

— Existem, no momento presente, condições favoráveis para alcançar aquela modificação?

E a esta pergunta que procuraremos responder, fundamentados na própria nota do presidente, que resultou de uma análise concreta da realidade brasileira.

A política externa que vem sendo seguida, até agora, pelo governo brasileiro, está em flagrante contradição com os interesses vitais do povo brasileiro. O Itamarati vem sendo, através de governos sucessivos, um posto-chave ocupado por homens como os srs. João Neves, Raul Fernandes e Maceo Soares, representantes de setores ultra-reacionários tradicionalmente ligados ao imperialismo norte-americano. Têm sido habitualmente homens de confiança dos círculos dirigentes de Washington, que ocupam um ministério de

tanta importância como o das Relações Exteriores. Isto explica os compromissos internacionais, que o país tem assumido, contra a sua vontade, através do Itamarati, desde o Tratado do Rio de Janeiro, em 1947, até o Acordo Militar Brasil-Estados Unidos e o ajuste, concluído pelo atual governo, para cessão do arquipélago de Fernando de Noronha. Isto explica o papel desempenhado, em geral, pelas delegações diplomáticas brasileiras, nas conferências internacionais, sempre numa humilhante posição subalterna do Departamento de Estado norte-americano.

Desde o rompimento das relações com a União Soviética, numa das gestões do ultra-reacionário Raul Fernandes, vem o Itamarati seguindo uma linha invariável de hostilidade para com o mundo socialista, obedecendo à orientação de «guerra fria» praticada pelos homens de Washington, principalmente por um feroz advogado dos monopólios, como Foster Dulles. Daí a sabotagem permanente, que tem sido realizada no nosso ministério

das Relações Exteriores contra os esforços, procedentes de amplos setores do país, para estabelecer relações normais, especialmente no terreno econômico, com a URSS, a China Popular e outros países socialistas

A composição do atual governo é integrada por um setor nacionalista, que, apoiado em fortes correntes nacionalistas da opinião pública e do parlamento, já pôde influir, num sentido positivo, apesar de suas vacilações, em diversas questões importantes (a questão mais típica é, aqui, a do petróleo). Mas a composição do atual governo também é integrada por um setor entreguista e é este que domina o Itamarati. Encastelados no velho palácio, procuram os entreguistas aplicar a mesma linha tradicional de submissão ao imperialismo norte-americano.

Significará tudo isto que a política externa do país é algo impenetrável às aspirações do povo brasileiro, algo impossível de modificar nas condições do regime vigente?

Seria errado responder afirmativamente a uma pergunta assim formulada. A vontade unitária do povo brasileiro já por diversas vezes obteve significativas vitórias mesmo na esfera da política externa, derrotando os entreguistas. E, na situação atual são reais as possibilidades para iniciar e aprofundar uma modificação geral dessa política, conduzindo-a efetivamente (e não só em palavras) para a defesa dos interesses da emancipação nacional e da paz no mundo inteiro.

Para comprovar a viabilidade desta perspectiva, lembremos que a vontade do povo brasileiro se manifestou diretamente e de modo vitorioso, no episódio da tentativa de envio de tropas na

— mudança do ânimo de muitos setores econômicos e políticos no Brasil. A ajuda da URSS a países não socialistas, a exemplo da Índia, o Egito e a Síria, brilha como o argumento mais convincente diante da constante extorsão a que o Brasil é submetido nos bancos norte-americanos.

São, pois, amplíssimas as forças sociais que reivindicam estas ou aquelas modificações na política externa. Isto se reflete diretamente no próprio governo, onde se acentuam as divergências precisamente a respeito dessas modificações. Na questão das relações com o mundo socialista, os entreguistas do Itamarati se enpenham

do obstinadamente em manter o statu quo, mas ao mesmo tempo, destacadas figuras do próprio governo já se manifestaram francamente a favor de uma solução positiva.

Não são, portanto, somente os trabalhadores conscientes e as massas populares, que sentem a necessidade de uma nova política, orientada no sentido da independência e da paz. Não são somente os comunistas e outras forças de esquerda, que reclamam esta nova política. Trata-se, agora, já de uma reivindicação verdadeiramente nacional.

Vemos, assim, que as condições atuais são, de fato, excepcionalmente favoráveis para conquistar a modificação da política externa do país, como nos indica a nota do presidente. Esta modificação poderá ser conseguida através da eliminação gradual de determinados aspectos parciais da atual política — como o da ausência de relações com a maior parte do mundo socialista — e se aprofundará à medida em que se fortalecer o movimento de massas e o movimento nacionalista ganhe novas posições. Por isso mesmo, devemos marchar com todos aqueles que se manifestarem por qualquer mudança, mesmo limitada, da atual política externa, contanto que se trate de mudança favorável aos interesses verdadeiros da nação.

Lutar pela concretização de semelhante perspectiva é contribuir para a vitória da causa da independência nacional e da democracia em nossa pátria e da paz no mundo inteiro. Para isto, adquire, presentemente, particular importância, com, indica a nota ao presidente, a luta pelo estabelecimento de relações com a União Soviética, a China Popular e os outros países socialistas.

Teoria e Prática

S O B R E A POSSIBILIDADE DE IMPEDIR AS GUERRAS EM NOSSA ÉPOCA

N. S. KRUSCHIOV

Há possibilidade de impedir as guerras em nossa época. Milhões de seres perguntam em todo o mundo: é inevitável uma nova guerra? Acaso a humanidade, que sofreu duas cruentas conflagrações internacionais, terá que sofrer mais uma guerra? Os marxistas devem responder a estas perguntas tendo em conta as históricas mudanças que se produziram no mundo nos últimos decênios.

Como é sabido, existe uma tese marxista-leninista que diz que enquanto existir o imperialismo as guerras serão inevitáveis. Esta tese foi elaborada num período em que: — 1) o imperialismo era um sistema que dominava em todo o mundo, e 2) as forças sociais e políticas não interessadas na guerra eram débeis, estavam insuficientemente organizadas e não podiam, por isto, obrigar os imperialistas a renunciar a guerra.

Frequentemente toma-se um só aspecto da questão, analisa-se unicamente a base econômica das guerras sob o imperialismo. Mas isto não basta. A guerra não é somente um fenômeno econômico. Que haja ou não guerra depende em grande medida da correlação das forças de classe, das forças políticas, do grau de organização e da vontade consciente dos homens. É mais: em determinadas condições a luta das forças sociais e políticas avançadas pode desempenhar um papel decisivo nesta questão. Até agora, a situação era tal que as forças não interessadas na guerra e que lutam contra ela estavam débilmente organizadas, careciam de meios para opor sua vontade aos desígnios dos incendiários de guerra. Tal era a situação antes da primeira guerra mundial, quando a força fundamental que lutava contra a ameaça de guerra — o proletariado internacional — estava desorganizada pela tração dos líderes da II Internacional. Tal era a situação também às vésperas da segunda guerra mundial, quando a União Soviética era o único Estado que aplicava uma ativa política de paz, enquanto outras grandes potências estimulavam de fato os agressores e o movimento operário nos países capitalistas tinha sido dividido pelos líderes social-democratas de direita.

Para esse período, a tese indicada era absolutamente justa. Mas na atualidade, a situação mudou de maneira radical. Surgiu e converteu-se numa força poderosa o campo mundial do socialismo. As forças pacíficas têm na existência desse campo não só apoio moral, mas também uma base material para impedir a agressão. Existe, além disso, um numeroso grupo de Estados, com uma população de muitas centenas de milhões de habitantes, que se pronunciam energeticamente contra a guerra. Em nossos dias, passou a ser uma força poderosa o movimento operário dos países capitalistas. Surgiu e transformou-se num poderoso fator o movimento dos partidários da paz.

Nestas condições, permanece em vigor, naturalmente, a tese leninista de que, enquanto existir o imperialismo, continua existindo também a base econômica do surgimento das guerras. Eis porque devemos manter a maior vigilância. Enquanto existir o capitalismo no globo terrestre, as forças reacionárias que representam os interesses dos monopólios capitalistas, continuarão tendendo às aventuras bélicas e às agressões, poderão intentar o desencadeamento da guerra. Mas as guerras não são fatalmente inevitáveis. Agora existem poderosas forças sociais e políticas que dispõem de grandes meios para impedir o desencadeamento da guerra pelos imperialistas e para — se estes tentarem iniciá-la — dar aos agressores uma réplica demolidora, frustrando seus planos aventureiros. Para isto é necessário que todas as forças inimigas da guerra permaneçam vigilantes e mobilizadas, que atuem em frente única e não diminuam seus esforços na luta pela manutenção da paz. Quanto mais energeticamente os povos defenderem a paz, maior será a garantia de que não haverá uma nova guerra.

(Do informe ao XX Congresso do PCUS)

O Comitê Central do Partido Comunista da Síria e Líbano se reuniu em Damasco de 11 a 13 de janeiro deste ano. Segundo o jornal "Al-Nour", cinco decisões foram aprovadas por unanimidade. As decisões são as seguintes: 1) sobre a reunião entre a Síria e o Egito; 2) pelo fortalecimento da Frente Nacional na Síria; 3) a situação no Líbano; 4) sobre a declaração dos partidos comunistas e operários dos países socialistas; e 5) sobre o Manifesto da Paz dos representantes dos Partidos Comunistas e Operários.

O jornal "Al-Nour" publicou a íntegra das duas primeiras decisões. A primeira decisão afirma que "a realização da união entre a Síria e o Egito se tornou possível depois que os dois países se libertaram da dominação e da influência do imperialismo e adotaram uma política independente de libertação nacional".

A união levará ao fortalecimento de ambos os países e unificará sua luta contra o imperialismo. A união consolidará duas pátrias libertadas e aumentará o seu peso nos negócios internacionais em benefício da causa dos povos árabes e da causa da Paz mundial.

A UNIÃO SÍRIO-EGÍPCIA FORTALECERÁ A LUTA CONTRA O IMPERIALISMO

A decisão afirma adiante que é evidente que a realização da união Síria — Egípcia, deveria conduzir à manutenção de relações amistosas com os países do campo socialista, cuja amizade é benéfica para a causa árabe.

A decisão destaca que o imperialismo, particularmente o imperialismo americano, constitui agora a principal ameaça ao nacionalismo árabe. Diz a decisão: "O imperialismo americano está concentrando todos os seus esforços para obrigar os dois países (Egito e Síria) a mudar a sua política independente de libertação, tentando empurrá-los para a sua órbita e liquidar a sua independência e o seu futuro".

A decisão conclui que o elemento fundamental para a realização da união é o fortalecimento da Frente Nacional na Síria.

A decisão sobre o fortalecimento da Frente Nacional Síria frisa a importância da solidariedade das forças do nacionalismo sírio. Todos os acontecimentos vividos pela Síria demonstraram que ela não poderia enfrentar os pactos e as conspirações imperialistas se a nação não estivesse unida como um só homem em torno da Frente Nacional.

A decisão destaca que os Estados Unidos ainda não mudaram a sua política de agressão. Os EE. UU. continuam impondo a "Doutrina Eisenhower" a outras nações e tentando estabelecer bases de projéteis nos países do pacto de Bagdad. A fim de levar adiante suas intrigas, os imperialistas norte-americanos voltam-se agora para a Frente Nacional a fim de criar dentro dela um estado de desagregação e de tensão.

A tarefa primordial da Frente Nacional

é derrotar as conspirações dos imperialistas norte-americanos contra a Síria.

Outras tarefas importantes são a consolidação da Independência Nacional, a luta contra os pactos imperialistas, a realização da união com o Egito, o fortalecimento das bases para uma vida democrática, o encaminhamento de reformas internas indispensáveis, a garantia da satisfação das reivindicações justas dos operários, dos camponeses e de outros setores do povo, a aplicação dos planos do desenvolvimento e dos acordos econômicos com os países socialistas, especialmente com a URSS, que servirão para fortalecer a economia da Síria e fazer progredir a sua indústria.

A decisão afirma que nenhum partido político sozinho pode cumprir todas essas tarefas. A situação crítica que a Síria agora enfrenta, em virtude das ameaças imperialistas, tornou imperativo para todos os elementos patrióticos dos vários partidos e organizações, particularmente os comunistas, empenharem-se no trabalho de apoiar e consolidar a Frente Nacional como o seu mais importante dever perante a nação.

Vitoriosos os Marítimos na Defesa dos Seus Direitos

ATENDERÁ O GOVERNO A 54 DAS 61 REIVINDICAÇÕES APRESENTADAS — SUSPENSA A INTERDIÇÃO DOS SINDICATOS GREVISTAS E RESTITUIDAS AS SEDES AS DIRETORIAS ELEITAS — PROTESTAM OS TRABALHADORES DE TODO O PAÍS CONTRA AS MEDIDAS ARBITRÁRIAS TOMADAS DURANTE A GREVE — UMA GREVE PRECIPITADA E SEM CARÁTER UNITÁRIO — LIÇÕES PARA O MOVIMENTO OPEÁRIO

ASSUMIU grande importância a recente greve parcial dos marítimos, decretada por três Sindicatos: oficiais de náutica, maquinistas e rádio-telegrafistas e que se estendeu a todo o país, trazendo sérias consequências para o movimento sindical brasileiro.

Durante sete dias, de 21 a 28 de janeiro, perdurou a greve, atraindo as atenções de todos os trabalhadores, pelo rumo que assumiu e pela posição adotada pelo governo.

Dadas as características que assumiu e pelos graves precedentes que apresentou, merece a greve parcial dos marítimos, um estudo mais cuidadoso, para que dela extraiam os trabalhadores algumas conclusões.

OS ANTECEDENTES DA GREVE

Há pouco mais de dois meses, após uma série de debates e reuniões, chegavam a Federação dos Marítimos e as diferentes organizações sindicais de classe a uma conclusão, quanto ao caráter que deveria imprimir à sua luta reivindicatória: pelo cumprimento das leis e portarias já existentes ou pela conquista de novas reivindicações.

Prevaleceu a corrente que propunha lutar pelo cumprimento dos decretos e leis já aprovados e que concediam uma série de melhorias aos trabalhadores do mar, frequentes vezes não concretizadas pelos patrões, que insistem em violar as leis e portarias já existentes.

Foi constituída então uma comissão, a quem competeria entrar em entendimentos com as autoridades governamentais e delas pleitear fossem atendidas as petições dos marítimos. Um extenso memorial, contendo 61 itens, resumia todas as reclamações dos trabalhadores.

Diante disso, determinou o governo a criação de uma Comissão Inter-ministerial, que deveria estudar o problema. Dessa Comissão participaram representantes dos ministérios que tinham qualquer ligação com a importante questão, bem como dos trabalhadores, através de suas organizações sindicais.

E assim, no dia 19 de dezembro do ano passado, realizava-se o primeiro entendimento com o governo federal. Alguns dias depois, a 23, era publicado o decreto de nomeação da Comissão Inter-ministerial e a 2 de janeiro do novo ano, realizava-se a primeira reunião dessa comissão, de estudos.

Vemos assim que os entendimentos prosseguiram normalmente, embora sem a presteza exigida pelos marítimos, há muito tempo espiados, em face do não cumprimento do que estava estabelecido nas leis e decretos que lhes asseguravam uma série de vantagens e benefícios.

DEFLAGRAÇÃO PRECIPITADA DA GREVE NO DIA 21

Propuseram os trabalhadores ao governo esperar até o dia 24 do mês corrente, limite do prazo para que fossem atendidas as suas reivindicações. Esse era o ponto de vista

aceito pela grande maioria dos trabalhadores de dezenas de sindicatos marítimos e essa era também a opinião da Federação Nacional dos Marítimos, que vinha participando ativamente dos estudos em torno do problema.

No entanto, 4 sindicatos — Oficiais de Náutica, Maquinistas, Rádio-telegrafistas e Motoristas — deixando de levar em conta fundamentalmente a necessidade da unidade de ação com as demais categorias, realizaram isoladamente suas assembleias sindicais e marcaram a data de 21 de janeiro para a eclosão da greve. Com essa greve não concordaram os demais setores marítimos, que persistiram em sua posição anterior, de conceder o prazo ao governo até 24 de janeiro.

A zero hora do dia 21, estourava a greve abrangendo, porém, somente três sindicatos. Apesar das notícias controvertidas sobre a verdadeira extensão do movimento e suas repercussões, os jornais noticiaram a paralisação de mais de uma centena de embarcações, nos principais portos do país, atingindo a todas as empresas de navegação nacionais. Apesar disto, a percentagem de paralisação não foi elevada, pois segundo cálculos feitos, não ultrapassou 50% no próprio Distrito Federal.

A greve prolongou-se até 28 de janeiro, quando foi dada a ordem de volta ao trabalho, mediante compromisso do presidente da República de aceitar 54 dos 61 itens apresentados pelos marítimos, em seu memorial. Ao mesmo tempo, foi decretada a supressão da intervenção nos sindicatos grevistas.

MEDIDAS ARBITRÁRIAS DO GOVERNO

Ante a concretização da greve, tomou o Ministério do Trabalho uma medida profundamente reacionária: utilizando-se do já desmoronado decreto 9.070, declarou ilegal a greve dos marítimos. Isso quando todo o ano de 1957 foi de vigorosos movimentos grevistas, de norte a sul do país, abrangendo a mais de um milhão de trabalhadores das mais diversas categorias profissionais. Tratou-se da ressurreição de algo que já estava morto, enterrado solenemente pelos trabalhadores brasileiros, em praça pública e no decorrer de lutas reivindicatórias de enorme envergadura.

Mas o governo foi além. Aproveitando-se do fato de que a greve era parcial e tinha sido considerada precipitada pela Federação dos Marítimos, decretou a intervenção nos três Sindicatos que participaram da greve e, ante a recusa dos seus presidentes em aceitar a nomeação dos interventores, ordenou o arrombamento das sedes, por esbirros da polícia política. Não foram poupados gavetas nem fichários — tudo foi revolido, a pretexto de procurar documentos comprometedores.

Ainda não satisfeito, ameaçou o governo os grevistas com a intervenção militar e a convocação de todos para o serviço

militar, a exemplo do que fazem os regimes ditatoriais. Os dirigentes sindicais que integravam o Comando de Greve foram obrigados a ocultar-se, pois contra eles pesava a ameaça de prisão — chegaram a ser conduzidos à polícia no primeiro dia, para "prestar declarações".

Diante da interdição das sedes de suas organizações sindicais e ante a recusa da Federação dos Marítimos em emprestar-lhes a sua, reuniu-se o Comando de Greve na sede da União Nacional de Estudantes.

A atitude do governo provocou repulsa de todos os trabalhadores. Enérgico protesto foi aprovado na assembleia sindical realizada na sede do Sindicato dos Aeroaviários, no Distrito Federal e um pronunciamento público foi divulgado pela imprensa, com a assinatura de dezenas de dirigentes sindicais. O movimento de protesto foi afinal vitorioso, sendo as sedes dos sindicatos devolvidas às diretorias eleitas.

MEDIDA CONTRÁRIA AO INTERESSE NACIONAL

Visando ainda golpear o movimento grevista — a pretexto de defender as necessidades da população — adotou o governo outra medida reacionária, que atenta contra os interesses econômicos nacionais e constitui perigo precedente: ordenou a utilização dos navios mercantes estrangeiros, para o serviço de cabotagem, medida que provocou numerosos protestos.

AS LIÇÕES DA GREVE

Os trabalhadores brasileiros aprenderam durante o ano de 1957 — ano rico em experiências no terreno da luta sindical — que sua força está na unidade e que é necessário, acima de tudo, assegurar a unidade de ação, quando se vai empreender uma batalha reivindicatória. Foi assim que conquistaram expressivas vitórias por aumento salarial em defesa da autonomia sindical e das liberdades democráticas do direito de greve e muitos outros.

A greve parcial dos marítimos que agora se encerrou, reavivou essa importante lição. Foi rompida a unidade, com a atitude dos três sindicatos grevistas, que se afastaram dos demais. Isso fez diminuir a força da campanha em que se empenhavam os trabalhadores do mar e possibilitou ao governo adotar as medidas reacionárias já mencionadas.

Os inúmeros exemplos de criação de comissões inter-sindicais, pactos de ação comum, pactos inter-sindicais — seu fortalecimento e o importante papel que vêm desempenhando no movimento operário brasileiro, comprovam de maneira decidida que a chave do êxito está na unidade de ação. Essa a razão por que uma das principais preocupações do proletariado brasileiro consiste hoje em reforçar suas organizações sindicais e ampliar sua unidade de ação, dentro de uma mesma categoria profissional, de um Estado e em escala nacional.

EM SÃO PAULO:

Esgotar os Recursos Para Garantir os Vinte e Cinco Por Cento

IMPORTANTES RESOLUÇÕES APROVADAS NA ASSEMBLÉIA INTER-SINDICAL DO DIA 26 DE JANEIRO

Grande êxito obteve a assembleia intersindical realizada no domingo último, 26 de janeiro, na capital de São Paulo. Reuniram-se alguns milhares de trabalhadores das mais diversas categorias profissionais, para debater ainda uma vez o caminho a seguir na luta contra a sentença injusta do Tribunal Superior do Trabalho, que reduziu de 25 para 18% o aumento salarial conquistado na greve de outubro do ano passado.

AS QUESTÕES DEBATIDAS

Foi grande o interesse despertado por essa assembleia, em virtude dos problemas que ali seriam debatidos e que diziam respeito a algumas das mais sentidas reivindicações do proletariado brasileiro. Foram tratados, entre outras, as seguintes questões:

- melhores níveis de salário mínimo;
- aprovação da Lei Orgânica da Previdência Social;
- extinção do decreto-lei 9.070 e aprovação do projeto Aurélio Viana, que regulamenta o direito de greve;
- Intensos debates se travaram em torno da competência da Justiça do Trabalho para decidir sobre as percentagens

de aumento de salários. A experiência já adquirida pelos trabalhadores nas lutas por melhorias salariais tem revelado muitas vezes que os órgãos judiciários se voltam contra os trabalhadores, chegando a contrariar inclusive acordos diretos entre empregados e patrões, obtidos após entendimentos.

Saindo do terreno estritamente reivindicatório, trataram ainda os trabalhadores paulistas de alguns dos mais palpitantes problemas políticos do momento atual. Foram aprovadas moções em favor da normalização das relações comerciais com todos os povos; telegramas de congratulações com o povo da Venezuela e o povo da Ala-

goas, pela reconquista das liberdades democráticas. Realizando-se no decorrer da greve dos marítimos, vítimas de arbitrária intervenção policial e arrombamento das sedes de seus sindicatos, manifestou a assembleia inter-sindical seu protesto veemente contra esse atentado.

AS RESOLUÇÕES APROVADAS

Após várias horas de debates intensos, foram aprovadas por unanimidade, as seguintes resoluções:

- aguardar publicação dos acordos do TST referentes à redução do aumento de salários, para enviar recursos ao STF;
- enviar ao Congresso Nacional um anteprojeto de lei que extingue o TST;
- solicitar ao Congresso Nacional a criação de lei que

retire à Justiça do Trabalho o poder de decidir sobre as questões salariais dos trabalhadores; criação, para exercer essa função, de órgãos regionais, com representação de trabalhadores;

— incentivar as campanhas por maiores níveis de salário mínimo, pela aprovação da Lei Orgânica de Previdência Social e do projeto Aurélio Viana regulamentando o direito de greve; extinção do decreto-lei 9.070;

— desenvolver campanha contra o policiamento interno das empresas com o suporte da Cia. Antártica e outras.

Novas assembleias sindicais deverão realizar-se até o próximo dia 20 de fevereiro, em prosseguimento à luta que travam os trabalhadores paulistas contra a sentença dos 18% de aumento.

RIO, 1/2/1958

JUSTA HOMENAGEM A UM DIRIGENTE SINDICAL

Fato bastante significativo constituiu a eleição do dirigente sindical Salvador Romano Lossacco para "Homem do Ano" de 1957, em certame promovido pelo jornal "Última Hora", na capital paulista. Um júri integrado por personalidades representativas de todos os setores de atividade escolheu, entre dezenas de nomes expressivos, o do presidente do Sindicato dos Bancários de São Paulo e do poderoso Pacto Inter-Sindical de São Paulo, como a figura que mais se destacou durante o ano que acaba de findar, no panorama econômico-social do mais importante Estado brasileiro.

Essa indicação representa por si só um reconhecimento do papel cada vez mais destacado que vem assumindo o proletariado brasileiro no cenário político nacional e na decisão sobre os grandes problemas com que se defronta o nosso povo. O ano de 57 caracterizou-se como um ano de vigorosas lutas operárias não só em defesa de reivindicações econômicas e sociais imediatas, mas também de manifestações em defesa das liberdades democráticas, de uma

solução nacionalista e patriótica para os problemas brasileiros.

Foram essas sem dúvida as razões que fizeram recair sobre Salvador Lossacco a escolha para "Homem do Ano". Militante sindical há longos anos, presidente do Sindicato de uma das mais numerosas e importantes corporações profissionais — os bancários — distinguiu-se ele pela firmeza com que vem se conduzindo à frente de um Pacto Inter-Sindical que reúne hoje mais de uma centena de organizações sindicais, de todo o Estado de São Paulo. Esse Pacto já se tornou conhecido em todo o país e internacionalmente como uma das mais interessantes iniciativas no terreno da unidade de ação da classe operária, em defesa de suas reivindicações e de seus direitos. E a todas as atividades do Pacto, está associado o nome de Salvador Lossacco.

Por tudo isso, VOZ OPERÁRIA saúda o combativo dirigente sindical e formula votos para que prossiga com a mesma firmeza à frente de seus companheiros, em suas lutas por melhores condições de trabalho e de vida.

CRISÓSTOMO LOPES DE OLIVEIRA



Falecimento de antigo militante do PCB

Faleceu, nesta capital, no dia 19 de janeiro do ano corrente, o antigo militante do P.C.B. Crisóstomo Lopes de Oliveira.

Nascido em Mortagua, Beira Alta, Portugal, a 27 de novembro de 1909, Crisóstomo de Oliveira emigrou em 1907 para o Brasil vindo a residir em Minas Gerais, na cidade de Porto Novo da Cunha, onde se tornou aprendiz nas oficinas da Leopoldina Railway. Em 1924, entrou para as oficinas da Rede Sul-Mineira, em Cruzeiro, no Estado de São Paulo. Ali se distinguiu pela combatividade na defesa das reivindicações dos trabalhadores. Foi também o principal fundador da «Associação Beneficente 12 de Outubro», que passou a ser integrada pelos ferroviários de Cruzeiro.

Crisóstomo de Oliveira era, também, naquela cidade, um dos dirigentes da «Associação Operária 23 de agosto» e, por participar das suas lutas, foi perseguido, preso e, finalmente, em 1930, demitido da ferrovia. Soube, porém, enfrentar corajosamente todas essas violências e arbitrariedades.

Crisóstomo de Oliveira ingressou em 1927 no Partido Comunista do Brasil, dando o melhor de sua atividade à construção da vanguarda proletária no país a que chegou ainda criança e que adotou como sua própria pátria.

Vindo residir no Distrito Federal, aqui participou de numerosas lutas reivindicativas e campanhas políticas. Nos últimos anos, foi atacado de grave moléstia, conservando-se, porém, ativista até o limite das suas forças.

O falecimento de Crisóstomo Lopes de Oliveira deixou profundamente consternados os seus camaradas do Partido e a todos os que o conheceram como operário de vanguarda.

CORRIGINDO UMA OMISSÃO

Em nossa edição anterior, n. 451, foi omitido, na seção "Calendário", publicação na 8.ª página, o título "Fevereiro", mês a que se referem as efemérides ali enumeradas. Aqui fica corrigida essa omissão.



Tomam Impulso as Organizações Camponesas do Espírito Santo

ESTÃO SENDO POSTAS EM PRÁTICA AS RESOLUÇÕES DO I CONGRESSO — ASSOCIAÇÃO VAI SE TRANSFORMANDO NO CENTRO E APOIO DO MOVIMENTO CAMPONES NO ESTADO — GRANDES ASSEMBLÉIAS PARA A ORGANIZAÇÃO DAS DELEGACIAS LOCAIS — PUBLICADOS OS ESTATUTOS E ANAIS DO CONGRESSO DOS LAVRADORES

Vem desenvolvendo grande atividade, a diretoria da Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Espírito Santo, organização fundada por ocasião da realização do I Congresso dos trabalhadores do campo daquele Estado. A Associação já está com sua sede instalada em Vitória, na capital do Estado, onde tem recebido uma farta correspondência de lavradores, organizações e personalidades, inclusive do Bispo do Espírito Santo. Ao mesmo tempo, as Associações vem dando a maior assistência aos seus associados e familiares, tanto médica como jurídica.

A Associação está devidamente registrada; milhares de exemplares dos seus estatutos foram impressos e distribuídos aos interessados e parte dos anais do Congresso foram publicados através de um jornalzinho citado pela própria Associação.

Pondo em execução uma das resoluções do I Congresso dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, a direção da Associação, vem organizando nos municípios do interior do Estado, Delegacias locais da Associação, a fim de facilitar o contacto com os lavradores e seus associados, facilitando-lhes a unidade, organização e assistência.

No dia 5 de janeiro último, com a presença de mais de 500 lavradores, foi fundada a primeira delegacia no distrito

de Cachoeirinha de Itáuna, no Município de São Francisco, ficando constituída a diretoria da Delegacia. Nessa ocasião mais de 70 lavradores continuando a inscrição dos demais lavradores. Os dirigentes daquela delegacia pretendem alcançar um quadro social de 1.000 associados imediatamente.

No dia 12 realizou-se outra importante assembleia no Distrito de São Domingos, Município de Colatina com a presença de cerca de 300 lavradores, além da participação de uma delegação de operários de Vitória, composta de representantes da Comissão Permanente do 1º Congresso Sindical do Sindicato da Construção Civil de Vitória, do Sindicato dos Arrumadores de Vitória e dos Ferroviários da Vale do Rio Doce. Tomou parte uma delegação de Colatina com representantes da Associação de Melhoramentos do Município de Colatina além de outras personalidades, vereadores, médicos e fazendeiros. De São Domingos estiveram presentes diversas personalidades como o sr. Rubem Rangel Filho, fazendeiro Herzog, tabelião Aritielino Leitão, Juiz Distrital Gumerindo Gouveia e o farmacêutico Romildo Ribeiro. Ficando constituída uma comissão de 25 membros para intensificar o trabalho de organização das Delegacias.



EM ATRASO OS SALÁRIOS DOS TRABALHADORES MUNICIPAIS DE RIO CLARO

RIO CLARO (Do Correspondente) — Se torna cada vez mais precária a situação por que atravessam os trabalhadores da prefeitura deste município. Há 3 meses estão sem receber nem um tostão. As comemorações do Natal e Ano Bom encontraram as casas daqueles servidores, mais limpas de alimento e conforto do que comumente acontece.

Enquanto isso, no dia 21 do mês passado, ao inaugurar uma obra realizada no centro da cidade, o prefeito teve a coragem de dizer que a prefeitura não devia a ninguém, o que é um absurdo porque ela deve a quem não pode dever — seus funcionários. Pois esses, na sua maioria são pessoas modestas, cujos vencimentos são tudo o que possuem para viver. O atraso de 3 meses nos pagamentos da prefeitura aos seus funcionários está levando o desespero e a miséria ao lar humilde daqueles trabalhadores.

Por outro lado, o sr. prefeito não respeitou a determinação da Câmara Municipal que votou uma lei, determinando o pagamento do Abono do Natal aos trabalhadores da prefeitura. Entretanto até hoje o prefeito não pagou o tal Abono, nem disse quando o faria.

Os trabalhadores municipais movimentam-se agora para receber os seus salários atrasados e o abono votado pela Câmara. Esta deve pedir conta ao prefeito sobre o não pagamento do Abono, para que cresça o seu prestígio junto ao povo do município.

A PRORROGAÇÃO DOS CONTRATOS DE ARRENDAMENTO E O CAMINHO PARA NOVAS CONQUISTAS NO CAMPO

IRINEU FERREIRA

EM NOSSA última edição publicamos uma nota da Associação dos Lavradores de Mangaratú, dirigida aos arrendatários de Nova Granada e adjacências. Nessa nota, amplamente divulgada naquela região, estava consignada uma pequena mas importante conquista para a vasta camada de trabalhadores agrícolas — por lei do Congresso Nacional, sancionada pelo presidente da República, estão prorrogados por um ano todos os contratos de arrendamento da terra que cessariam se extinguir até o dia 31 de dezembro de 1957. Esta prorrogação se deve a uma emenda feita à Lei do Inquilinato, por iniciativa de um deputado petebista.

Dada a gravidade que assume no campo o problema do arrendamento, o mais justo seria a aprovação, pelo Congresso, de uma lei específica, regularizando os contratos de arrendamento, seu prazo, seu preço e a indenização, por parte dos grandes proprietários de terra, das melhorias introduzidas pelos arrendatários, quando estes tivessem de deixar a terra. Mas os problemas e reivindicações do homem do campo são de tal modo esquecidos que não podemos deixar de assinalar como um fato altamente positivo, a prorrogação, por mais um ano, dos atuais contratos de arrendamento. Ainda mais porque isto pela primeira vez se verifica.

Esta prorrogação veio beneficiar a cerca de 187.000 arrendatários e suas famílias, espalhados por todo o país, e que ocupam uma área superior a 13 milhões de hectares de terra, segundo o censo de 1950. Um dos aspectos importantes dessa prorrogação está em que ela representa um passo à frente e pode ser o início para a liquidação da exploração semi-feudal a que estão submetidos centenas de milhares de trabalhadores, por parte de um pequeno grupo de latifundiários. É o prenúncio das medidas de reforma agrária que forçosamente terão que ser adotadas no campo, cuja estrutura econômica se choca com o acelerado desenvolvimento capitalista da nossa indústria.

A maneira como se faz o arrendamento da terra, no Brasil, revela bem o atraso predominante no campo e constitui um exemplo

concreto de relações semifeudais. O arrendatário, isto é, o camponês sem terra, está inteiramente submetido ao latifundiário a tal ponto que, geralmente, não tem a liberdade para vender os seus produtos a quem melhor lhe pagar, tendo de entregá-los ao dono da terra, que dita o preço.

O arrendatário, em geral, não tem qualquer garantia legal quanto aos dispositivos do contrato, sendo obrigado a aceitar as imposições absurdas do dono da terra. A comprovação dessa nossa afirmativa está no fato de que predomina no país o contrato verbal de arrendamento. Em 1952, a Comissão Nacional de Política Agrária em colaboração com o IBGE fez um inquérito a respeito, chegando à seguinte conclusão: dos 1.492 municípios consultados, em 1.292 predominavam os contratos verbais. Os contratos escritos predominavam apenas em 13 por cento dos municípios.

Nos últimos anos, a luta dos arrendatários, particularmente os das Regiões Sul e Centro Oeste do país, tem se concentrado em obter prazos mais longos para os contratos (cinco anos, no mínimo) e redução dos preços de arrendamento. Os grandes proprietários de terra, para melhor explorar os lavradores sem terra, só querem fazer contrato de arrendamento para um ou dois anos, visando com isso elevar, constantemente, o preço da terra.

Na Região Sul, 63 por cento dos contratos são de um e dois anos de duração. Na Região Centro Oeste esta percentagem é de 48 por cento.

O preço do arrendamento cresce de ano para ano, tornando-se, em muitas regiões, proibitivo a muitos lavradores adquirir um troço de terra, vendo-se obrigado a transformarem-se em assalariados, para poder viver com suas famílias. Em São Paulo, por exemplo, há arrendamento que atinge o preço de quatro, cinco e até seis mil cruzeiros por alqueire. É claro que estamos nos referindo aqui, apenas, ao arrendamento pago em dinheiro, porque existe, e em grande escala, o arrendamento pago em espécie, em que, para cultivar um pedaço da terra, o lavrador tem de entregar ao latifundiário a metade, um terço ou 40 por cento daquilo que produzir. Por este sistema, conhecido como o de "meia" e da "terça", os lavradores são ainda mais explorados. O latifundiário, o parasita, lhes tira tudo, não lhes deixando, muitas vezes, nem o suficiente para viver.

São evidentes os prejuízos que isso acarreta para os milhares de camponeses com inevitável repercussão na vida da sociedade. Trabalhando a terra na base de contrato de um e dois anos de duração ou no regime da "meia" e da "terça", o camponês não se sente estimulado nem tem condições econômicas

para melhorar a terra com adubos e outras benfeitorias que elevam a sua produção, nem ganha o suficiente para melhorar as suas condições de vida, sobretudo porque os latifundiários se negam a indenizar, no fim do contrato, qualquer benfeitoria feita pelo arrendatário, em sua propriedade.

Como uma das conseqüências desse método de exploração dos camponeses, temos a baixa produção, dos produtos agrícolas, concorrendo ainda mais para o crescimento do custo de vida e para o agravamento da existência de dificuldades e miséria das massas camponesas. Por outro lado, o baixo poder aquisitivo dos camponeses é o principal entrave à rápida ampliação do nosso mercado interno.

A prorrogação dos contratos de arrendamento assegurou ao lavrador mais um ano na terra, sem que o latifundiário possa aumentar o preço da mesma. Qualquer resistência dos donos da terra a cumprir esta lei do Congresso Nacional pode ser quebrada através do arrendatário ou por solicitação coletiva, através de sua organização, sem que para isto gaste um só cruzeiro. Nos termos da Lei 1.060 de 3 de Fevereiro de 1950, os arrendatários pobres têm direito a Assistência Jurídica gratuita.

Isto constitui um fato inédito e de real significação. Está aberto o caminho para que os lavradores consigam o rebaixamento do preço do arrendamento, a liquidação do sistema de "meia" e da "terça" e conquistem o prolongamento dos contratos, para o mínimo de 5 anos. Tais medidas são possíveis de serem conseguidas mesmo no decorrer deste ano, quando o Congresso Nacional voltar a discutir o assunto.

O que se faz necessário e urgente é que, desde já, os interessados comecem a se organizar, a se mobilizar e, junto aos deputados federais e senadores dos seus respectivos Estados, dêem início a um trabalho de pressão de massas. A realização de conferências, assembleias, debates, concentrações, etc. de arrendatários, para discutir especificamente esse assunto, seria aconselhável e poderia dar os melhores resultados.

30% de Aumento de Salário Para 2 Mil Operários Gaúchos

VITÓRIA DOS TRABALHADORES DO «ESTALEIRO SÓ» — CONSEGUIDA TAMBÉM A CLASSIFICAÇÃO PROFISSIONAL

PORTO ALEGRE, (Do Correspondente) Registrase como fato mais importante do mês, com relação ao movimento operário, a greve e a consequente vitória dos operários do Estaleiro Só, vitória esta que estendeu-se aos trabalhadores dos demais estaleiros: (Alcaram e Marteleto). Conseguiram um aumento de 30 por cento sobre os salários atuais, e ainda classificação profissional.

O movimento começou quando os operários, além de não terem suas reivindicações atendidas, encontram o local de trabalho ocupado pela polícia.

Durante o dia de terça-feira, quando da desfilagração do movimento grevista procederam-se os entendimentos que prolongaram-se até a tarde de quarta-feira última. Finalmente então concordaram os empregadores e atenderam parte do que reivindicavam os trabalhadores o que sem dúvi-

da foi uma grande vitória. São os seguintes os termos do acordo:

- 1) — a firma empregadora Estaleiro Só S. A. concede a todos os seus empregados o aumento experimentado de trinta por cento sobre os salários atuais a partir de primeiro de janeiro de 1958, sem prejuízo de direito e vantagens decorrentes da decisão do processo em curso, sobre enquadramento sindical; 2) — Nenhuma penalidade poderá ser aplicada a qualquer empregado por motivo da paralisação de trabalho, ocorrida, cobrando-lhes o pagamento de salários dos dias que estiveram em greve; 3) — Continuará a firma empregadora recolhendo as contribuições da Previdência Social para o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos; 4) — Será constituída uma comissão arbitrária de empregados e empregadores sob a

presidência de funcionário designado pela Delegacia Regional do Trabalho, para, dentro do prazo de 90 dias proceder a classificação profissional dos empregados da empresa de acordo com a sua função e a sua capacidade técnica. Esta classificação servirá de base a concessão de remuneração especial correspondente a função, capacidade profissional e equiparação salarial e em rata em vigor 30 dias após o término de trabalho da comissão. 5) — Os empregados se comprometem a trabalhar em horas extraordinárias quando convocados, percebendo a seguinte remuneração: — as duas primeiras horas com 50 por cento sobre os salários e as horas subsequentes com 100 por cento de aumento; 6) — Este acordo deve ser homologado por quem de direito para que surta os devidos efeitos legais.

Com este acordo e com a solicitação de mais dois estaleiros para se enquadrarem no mesmo, ficou resolvido o impasse nesta categoria de trabalhadores que envolve interesse de dois mil operários.



A Questão do Povo Judeu na U.R.S.S.

(Conclusão da pág. 4)
Kouf-Qassem, e os comandantes dos grupos de Hiyala, da Gaza, de Rafiah e de outros lugares.

Com que direito moral falam de direitos nacionais as pessoas e os partidos políticos que negam o direito fundamental do povo árabe palestino a livre determinação e que tentam qualquer resolver para força os conflitos entre os povos?

Quando aos judeus da URSS, pode-se dizer com uma certeza absoluta: que maravilha se a situação dos judeus de Israel e de outros países europeus fosse semelhante aquela dos judeus da URSS! O futuro e a segurança dos judeus da URSS estão bastante melhor garantidos que o futuro e a segurança do povo de Israel, em virtude da política aventureira e extremamente perigosa do governo Ben-Gurion. Na URSS, a questão judaica não existe mesmo porque o regime socialista arrancou todas as raízes sociais do racismo e do anti-semitismo, combatendo com perseverança os restos de preconceitos capitalistas na consciência das pessoas, na medida em que eles se exteriorizam.

A QUESTÃO DA CULTURA YIDDISH NA UNIÃO SOVIÉTICA

Camaradas, examinemos agora o capítulo da cultura de língua yiddish na URSS, tal como ela se apresenta HOJE, em 1957. Abordemos o assunto de um ponto de vista de princípio, marxista-leninista, sobre uma base de classe, uma base proletária.

Muitas questões se colocam a esse respeito.

1) — Existe ou não na URSS uma fusão, uma integração das massas judaicas na vida geral da sociedade, inclusive na vida cultural? Ninguém poderá contestar que tal processo existe. Ninguém, mesmo entre os chamados comunistas nacionais, poderia desmentir esse fato histórico decisivo. Mesmo os inimigos mais declarados da URSS não poderiam negar a vida real.

2) — Se tal processo existe, isto é, a integração natural das massas judaicas libertadas e livres, na vida geral da sociedade soviética, significará isso que não existe mais na URSS judeus interessados em uma cultura socialista de língua yiddish? Ninguém poderia contestar o fato de que tais judeus existem na URSS, sobretudo nas regiões que se incorporaram à URSS durante a 2ª guerra mundial, bem como no Birobidjan.

3) — Qual deve ser a política leninista capaz de satisfazer as necessidades culturais de língua yiddish dos judeus que nisso estão interessados? Todos sabem que segundo os princípios leninistas sobre a questão nacional, deve-se satisfazer as necessidades culturais dos judeus que a isso aspirem. Os camaradas soviéticos informaram mais de uma vez, inclusive ao nosso partido, que o PCUS traça a sua ação de acordo com aqueles princípios.

4) — A atividade cultural socialista em yiddish foi reiniciada na URSS? Ninguém poderá dizer que isso não ocorreu. Em numerosas cidades soviéticas, especialmente nas repúblicas e regiões ocidentais incorporadas à URSS no curso da 2ª guerra mundial apenas, ou mesmo um pouco antes, observou-se uma atividade cultural em língua yiddish, que chega a ser bastante intensa. Existem grupos teatrais, corais, bibliotecas, organizam-se sessões culturais com cantos e recitativos em yiddish e mesmo a representação integral de peças de Sholom Alechem, de Goldfaden e outros. No Birobidjan circula um jornal em yiddish. Além disso, a fim de tornar conhecida da nova geração judaica e de todos os povos da URSS as melhores obras da literatura judaica, publica-se em russo antologias em prosa e poesia de autores judeus, numa tiragem considerável. Tais livros gozam de excelente crítica da imprensa soviética.

Por conseguinte, as tagarelices demagógicas dos inimigos da paz e do socialismo, que pretendem que a língua yiddish ou a atividade cultural em yiddish são proibidas na URSS, constituem uma calúnia pura e simples. Tais

mentiras não servem nem aos interesses judeus nem ao interesse da cultura judaica da URSS.

5) — A amplitude da atividade cultural em yiddish corresponde a todas as necessidades dos judeus interessados que nela estão interessados? Os soviéticos, o PCUS sabem isso melhor que qualquer outra pessoa. E nós temos plena confiança no PCUS. Estamos convencidos que o governo soviético tem demonstrado a melhor boa vontade nesse terreno, como aliás para a correção de outros erros cometidos em consequência da violação da legalidade socialista. Embora num momento ou outro se faça sentir uma nova necessidade no domínio da cultura yiddish, não existe na URSS nenhum entrave à sua satisfação. Os fatos cotidianos provam isso.

Tal é a atitude do PCUS, que mesmo os pseudo-comunistas reconhecem. Mas, muito simplesmente, eles não acreditam no PCUS, ou então eles desejariam que os problemas da URSS fossem resolvidos de acordo com a vontade subjetiva de alguns funcionários de Tel-Aviv, de Toronto, de New-York, de Londres ou de outros lugares, no exterior. Eles não admitem que tais assuntos sejam resolvidos de acordo com a realidade soviética objetiva e segundo as necessidades concretas, em 1957, dos judeus da URSS, que estão interessados na cultura socialista em língua yiddish. Quem autorizou os pretensos comunistas, ou mesmo os comunistas do exterior, a falar em nome dos judeus soviéticos?

A ATITUDE EM RELAÇÃO A URSS

Finalizando seu discurso, Meir Vilner denuncia aqueles que lançaram uma campanha anti-soviética, alegando defender os interesses culturais dos judeus da URSS.

«Os oportunistas não protestam contra a integração dos judeus na sociedade americana em geral, inclusive em sua cultura. Quando se trata dos EE.UU., eles admitem que, no curso de um breve período histórico os 27 teatros yiddish tenham desaparecido por completo. Ali, isso é uma coisa natural. Mas, porque na URSS, onde os judeus gozam de liberdade que nos EE.UU., tal coisa não é natural?» — pergunta Vilner.

«A questão não é saber se alguém quer ou não que os judeus se assimilem à vida geral da sociedade de um país. Isso constitui um processo histórico objetivo, independente da vontade subjetiva de tal ou qual personalidade pública. É preciso possuir um cérebro estropeado para propor ao governo soviético, e isso ainda com nome do comunismo, que ele facilite o isolamento dos judeus da vida da sociedade soviética em seu conjunto. Isso é contrário tanto ao interesse dos judeus da URSS como ao princípio da igualdade de direitos dos povos. Uma separação forçada seria uma grave discriminação nacional em relação aos judeus. Uma vez mais a questão se coloca: quem deu a certos comunistas ou ex-comunistas do exterior a delegação de representar os judeus soviéticos?»

E conclui: «Camaradas, a experiência histórica prova que somente o socialismo pode resolver a questão judaica e assegurar às massas judaicas a segurança, a liberdade e a plena igualdade de direitos. É o sistema capitalista que se baseia nos fundamentos racistas e anti-semitas. Foi ele que deu ao mundo Petliura e Hitler; foi ele que causou o assassinato de milhões de judeus. São o imperialismo de fora e os vestígios capitalistas dentro nos que tentam reacender a chama do anti-semitismo, reduzido aos sussurros nos países de democracia popular. Quanto às forças socialistas no poder, elas combatem energeticamente a praga do anti-semitismo e terminarão, sem dúvida alguma, por extirpá-la até a raiz.

«Apelamos para os trabalhadores de Israel, bem como para os trabalhadores judeus de toda a parte para que não se deixem enganar pela campanha de calúnias contra a URSS, pátria do socialismo internacional e fiel amiga do povo judeu.»

Combativa e Firme a Greve Dos Tecelões do Recife

★ COMETE VIOLÊNCIAS A POLÍCIA DE CORDEIRO DE FARIAS CONTRA OS GREVISTAS, JÁ TENDO SIDO MORTO UM OPERÁRIO

★ EM SUA SEGUNDA SEMANA DE LUTA, RECEBEM OS OPERÁRIOS SOLIDARIEDADE DE TODO O PAÍS.

Entraram os trabalhadores têxteis de Recife em sua segunda semana de greve, deflagrada em presença do próprio presidente da República, quando ali esteve recentemente a fim de presidir as inaugurações. Lutam os tecelões pernambucanos pela conquista de 25 por cento de aumento de salários, já concedidos por acordo do Tribunal Regional do Trabalho e cujo cumprimento os patrões vêm-se negando a fazer.

O movimento pãredista está tendo grande amplitude, atingindo praticamente todas as fábricas da capital do Estado. Tem-se destacado sobretudo o papel dos piquetes de greve, graças à cuja ação foi possível esclarecer aos trabalhadores que ainda estavam trabalhando e fazê-los parar.

BÁRBARAS VIOLÊNCIAS POLICIAIS

Desesperado ante a firmeza demonstrada pelos grevistas, vêm-se desmandando a polícia do Sr. Cordeiro de Farias em sucessivas violências contra os trabalhadores que participam do movimento. Prisões e espancamentos se sucedem em várias fábricas. Nem mesmo as mulheres são poupadas. A polícia vem inclusive ajudando a ação dos fura-greves, a mando dos patrões. Na porta de numerosas empresas, são vistos soldados da Polícia e capanga, exibindo armas para intimidar os operários.

Muitos tecelões são arrastados à força, de seus lares, e conduzidos, sob arcação para a fábrica, obrigados a trabalhar.

Os piquetes, particularmente, são alvo da ação da polícia, que tenta inutilmente impedir a sua

ação. Como resultado das violências policiais, um operário perdeu a vida, no acidente de Adipucos.

Foram tão enérgicos os protestos dos trabalhadores de todas as categorias profissionais e de inúmeros setores da população de Recife, que o sr. Cordeiro de Farias foi obrigado a afirmar, perante mais de 5 mil grevistas, que cessariam as violências. Vem sendo acusado o governador pernambucano de se utilizar da força grevista para exploração política, com vistas à obtenção de vantagens eleitorais.

GRANDE SOLIDARIEDADE AOS GREVISTAS

A firme disposição dos têxteis recifenses de prosseguir na greve até a vitória vem sendo reforçada pela solidariedade que chega de todos os cantos do país, não só de organizações sindicais mas de assembleias legislativas e organizações populares.

Uma passeata de mulheres tecelãs realizou-se pelas ruas centrais da capital pernambucana, até ao Palácio do Campo das Princesas, visando a solicitar a interferência da esposa do governador para uma rápida solução da greve. Por outro lado, um grande piquete de grevistas dirigiu-se à Assembleia Legislativa do Estado, na qual foi aprovado um projeto que concede o auxílio de meio milhão de cruzeiros aos grevistas.

Manifestaram solidariedade aos operários têxteis, até agora, os comerciários, jornalistas, bancários, trabalhadores em construção civil, das empresas telefônicas e telegráficas, têxteis paulistas, ferroviários do nordeste, oficiais eletricitistas e muitos outros.

Ajuda financeira especial foi-lhes concedida pelos jornalistas.

COMISSÕES DE AJUDA FINANCEIRA

O prolongamento da greve criou, como é natural, sérios embaraços às famílias dos grevistas. Para enfrentar essa situação e reforçar o fundo de greve, foram organizadas comissões para realizar coleta de dinheiro. Nos primeiros dias da greve, antes ainda de qualquer movimento organizado nesse sentido, já haviam sido arrecadados mais de cem mil cruzeiros. Esperam os grevistas, através das comissões de finanças, obter pelo menos um milhão de cruzeiros.

Na sede do sindicato, realiza-se um trabalho intenso de distribuição de gêneros alimentícios às famílias grevistas. Chegam de toda parte contribuições, em dinheiro e em espécie. Até mesmo a colônia pernambucana do Rio de Janeiro se mobiliza para arrecadar fundos de ajuda aos escraçados tecelões de Recife.

ATE À VITÓRIA FINAL

As provocações e violências policiais não conseguiram intimidar os trabalhadores têxteis pernambucanos. O próprio governador, presente a uma assembleia operária e depois de desmascarado ao falar em "maus operários", foi obrigado a recuar de suas posições arbitrárias e reconhecer o direito de greve e comprometer-se a suspender a pressão policial.

Reforçam os trabalhadores a sua unidade em torno de seu Sindicato e dispõem-se a prosseguir na luta até a obtenção dos 25 por cento de aumento salarial.

Ao Invés de Fator de Desentendimento

O Petróleo Deve Unir Brasileiros e Bolivianos

O Acôrdio Entre os Chanceleres Macedo Soares e Barrau dá Motivo a Sérias Inquietações a Dois Povos Irmãos — O que poderia ser um Acôrdio Justo Entre Dois Povos de Economia Subdesenvolvida — A Bandeira Brasileira não Deve Acobertar Interesses de Trustes Imperialistas — Entreguismo na Bolívia — Um Tratado já Caduco — Onde o Proveito é Fictício — Brasil e Bolívia têm um Inimigo Comum: O Imperialismo Norte-Americano

TERMINOU o encontro de Corumbá, entre os chanceleres do Brasil e da Bolívia, com um acôrdio que foi resumido em nota oficial. Substancialmente, segundo a nota, foi revigorado o Tratado sobre o petróleo boliviano, de 1938, dividida a área objeto do mesmo em duas partes. Uma, equivalente a 60% da zona total, será entregue ao governo boliviano que dela disporá como entender. A outra, de 40%, será prospectada com financiamento do governo brasileiro e explorada por firmas brasileiras.

Como se vê, o encontro entre os dois chanceleres terminou com um acordo, implicando em concessões mútuas. O governo brasileiro conseguiu assegurar para capitais que se dizem brasileiros 40% de uma área petrolífera estrangeira, sobre a qual, na realidade, já não havia mais direitos brasileiros. O governo boliviano conseguiu recuperar 60% daquela com o reconhecimento oficial do nosso governo e terá direito a recuperá-la toda se dentro de 18 meses não for iniciada a exploração da parte reservada às firmas brasileiras.

Como se vê, ambos os chanceleres ficaram com argumentos para se apresentarem triunfantes nos seus respectivos países. O ministro Macedo Soares pode se sentir satisfeito, pois conseguiu assegurar uma parte considerável da área petrolífera, quando o famoso tratado de 1938 já está inteiramente caduco.

O QUE SERIA UM ACÓRDO JUSTO

Por mais que se esforcasse a imprensa interessada, não foi possível provar a existência de «direitos» brasileiros. O que se fez foi uma campanha de pressão sobre a Bolívia, com a qual não podem concordar os patriotas brasileiros, que vêm nos bolivianos um povo também necessitado, como o nosso, de plena emancipação econômica.

Um acôrdio benéfico a ambos os países, que excluísse qualquer possibilidade de ser aproveitado pelos trustes imperialistas, teria sido possível e será sempre aconselhável. Em princípio, não deixaria de ser útil que recursos brasileiros, através da Petrobrás, por exemplo fossem empregados para explorar o petróleo boliviano, sendo isto voluntariamente aceito pelo povo boliviano e de tal maneira que bolivianos e brasileiros repartissem de modo justo os benefícios decorrentes da exploração. A opinião pública de ambos os países não deixaria de apoiar um acôrdio que unisse dois povos subdesenvolvidos para uma frente comum contra os trustes norte-americanos.

MOTIVO PARA SÉRIAS INQUIETAÇÕES

O acôrdio concluído em Roboré não leva, porém, a essa frente comum. A parte da área disputada a Brasil será entregue a firmas particulares brasileiras. Vamos, assim, aplicar em país irmão o princípio legalmente rejeitado em nosso próprio país: o da exploração privada do petróleo. Nenhum nacionalista consciente poderá garantir que atrás das firmas privadas brasileiras empenhadas em concessões bolivianas não se encontra ou não possa vir a se encontrar algum truste imperialista, conhecida como é a enorme capacidade de manobra dos trustes do petróleo. Pelo menos uma daquelas firmas — a Capuava — tem ligações mais do que notórias com a Gulf Oil.

Por outro lado, o atual governo boliviano segue na questão do petróleo uma política entreguista. Os trustes norte-americanos já têm na Bolívia importantes concessões, o que não admira, levando em conta que a lei petrolífera foi ali elaborada sob

orientação de um «experte» ianque como o tristemente célebre mr. Holland. Os trustes norte-americanos, dos quais mr. Holland é advogado, podem agora se lançar diretamente sobre os 60 por cento da área recuperados pelo governo do sr. Siles Suazo.

Assim, pois, brasileiros e bolivianos têm motivo para se inquietarem. Os brasileiros, no sentido de que a nossa bandeira não venha a acobertar interesses de trustes imperialistas em território de país irmãos. Com isto, a opinião pública brasileira jamais concordará. Quanto ao povo boliviano, tem o problema — que só a ele cabe resolver — de encontrar o caminho para uma política verdadeiramente nacional de exploração do petróleo.

A seguir, vejamos alguma coisa sobre os famosos «direitos» que, segundo certos jornais, cobriam ao Brasil, como decorrência dos tratados de 1938. A verdade é, porém, que tais direitos não existem.

O TRATADO SOBRE A SAÍDA E O APROVEITAMENTO DO PETRÓLEO BOLIVIANO

Em 20 de fevereiro de 1938 foi assinado o Tratado por força do qual os dois governos «animados do desejo de estreitar as suas relações econômicas e de estabelecer entre os dois países uma mútua cooperação» (introdução) resolveram juntar esforços para «efetuar os estudos topográficos e geológicos e realizar as sondagens necessárias destinadas a determinar o verdadeiro valor industrial das jazidas petrolíferas da zona sub-andina boliviana, que se estende do rio Parapeti para o Norte». (Art. Primeiro).

Pelo artigo Terceiro foi estimada em um e meio milhão de dólares a importância das despesas necessárias. Pelo artigo quarto foi estipulado que os dois governos seriam reembolsados, das despesas com os trabalhos mencionados, pelas entidades que obtenham o benefício da exploração da zona petrolífera boliviana e com o rendimento desta. «A indenização será em espécie ou em dinheiro o que se determinará oportunamente, computando-se os juros respectivos a 3 1/2 por cento ao ano, sem capitalização. Além do anterior direito em expectativa não se com-

prenderá nenhum outro oriundo da referida exploração petrolífera da zona sub-andina boliviana». (parte final do artigo quarto).

Foi no artigo sexto do Tratado que a Bolívia assumiu a obrigação de retribuir a cooperação do Brasil reservando a área para sociedades mistas brasileiro-bolivianas:

«O Governo da Bolívia, retribuindo o concurso prestado pelo Governo do Brasil na fase preliminar dos estudos, explorações e perfurações a que se refere o Artigo I, além do reembolso convencionado no Artigo IV, compromete-se a que a exploração do petróleo na zona sub-andina boliviana indicada se faça por intermédio de sociedades mistas brasileiro-bolivianas, organizadas de acôrdio com as leis vigentes em cada país».

Portanto, se o Governo brasileiro houvesse auxiliado com 750.000 dólares os estudos e pesquisas na região sub-andina boliviana ao norte do rio Parapeti, teria direito ao reembolso com juros de 3 1/2 por cento anuais e a Bolívia estaria obrigada a conceder a exploração da área a sociedades mistas brasileiro-bolivianas.

NÃO FOI CUMPRIDO O TRATADO

Mas na verdade o governo brasileiro não entrou com os dólares prometidos em 17 de janeiro de 1952 e em 12 de agosto de 1953 foram tomadas notas reversais estabelecendo que as despesas necessárias seriam já então de quatro milhões de dólares e que o nosso governo adiantaria também a parte da Bolívia. Foi ainda delimitada a área sub-andina reservada às sociedades mistas brasileiro-bolivianas.

Em 26 de julho de 1954, pela Lei nº 2.272, o Congresso Nacional aprovou um crédito de Cr\$ 78.095.264,30, registrado pelo Tribunal de Contas da União, para atender à compra dos quatro milhões de dólares a que nos obrigaramos para a pesquisa do petróleo boliviano. Era ministro da Fazenda o Sr. Eugênio Gudin, que informou não ser possível ao governo transformar aquela importância em dólares em virtude da nossa falta de moedas fortes (Informações publicada em «Última Hora» de 27-7-57). Afirmou o sr. Gudin, na época, que o caso tinha inteira semelhança com o do comandante do forte que não dera as salvas de estilo por vários motivos, sendo o primeiro porque não tinha pólvora...

CAMPANHA NA BOLÍVIA CONTRA O TRATADO

Não tendo o governo brasileiro financiado, como se obrigara, as pesquisas na zona sub-andina, teve início na Bolívia uma campanha, patrocinada pelo Movimento Nacional Revolucionário atualmente no governo) visando à denúncia do tratado de 1938.

Em entrevista concedida ao «Jornal do Brasil», o Sr. Raul Fernandes revelou que por ocasião da inauguração do último trecho da estrada Brasil-Bolívia, em 5 de janeiro



O QUE ESTAVA ATRAS DA CAMPANHA DE IMPRENSA ANTIBOLIVIANA E DA "DIPLOMACIA" DO SR. MACEDO SOARES

de 1955, o Presidente Paz Estensoro propôs ao Presidente Café Filho a revisão do Tratado de 1938. Ficaria a Bolívia livre para pesquisar a área como lhe conviesse e o Brasil seria exonerado dos gastos de prospecção. Não seria alterada a vantagem que o Brasil buscara quando firmara o convênio, ou seja, a garantia de abastecimento do mercado brasileiro, pois seria assegurado o fluxo de petróleo para o nosso país não só da zona objeto do Tratado como de fora dela.

O governo boliviano enviou memorandun propondo a revisão acima e o Itamaraty deu o seguinte parecer de autoria do Sr. Raul Fernandes:

«Penso que o governo brasileiro deve manter sem alteração os convênios com a Bolívia sobre a exploração do petróleo na região sub-andina demarcada para esse fim. É essencial, porém, que o governo possa, sem demora, iniciar a perfuração dos poços. É o nosso interesse manifesto mas também é o interesse boliviano incontestável. Se, ouvindo o Conselho Nacional de Petróleo e a Petrobrás, não pudermos responder ao governo boliviano assegurando-lhe que temos meios de iniciar imediatamente essas perfurações, será indeclinável revermos os ajustes existentes para permitir ao governo boliviano fazer, ele próprio, esses trabalhos, assegurados ao Brasil a possibilidade de fiscalização e a prioridade no recebimento do petróleo».

O governo brasileiro não fez uma coisa nem outra: não entrou com os dólares para as perfurações nem aceitou a proposta do memorandun de Paz Estensoro. Diante disso recrudescceu a campanha na Bolívia, pela denúncia do tratado, o que passou a constituir até ponto de plataforma eleitoral por ocasião do último pleito.

MOVIMENTAM-SE OS GRUPOS «BRASILEIROS»

Com o advento da Petrobrás e ante os resultados dos poços da Bahia, Nova Olinda e Alagoas, mudou inteiramente a situação em que se encontrava o Brasil em 1938, quando firmou o tratado com a Bolívia. Aquela época não se acreditava na pos-

sibilidade de encontrar petróleo no território brasileiro em quantidade suficiente para o consumo interno. Aproximava-se a segunda guerra mundial o que prenunciava grandes riscos para o transporte marítimo de petróleo. Daí haver o governo brasileiro assumido os grandes encargos constantes do tratado de 1938 para assegurar o abastecimento do país com o petróleo da região sub-andina.

A nova política brasileira de petróleo, conquista de nosso povo, consubstanciou-se na Petrobrás. As vitórias desta no setor das refinarias e da frota de petroleiros estão sendo seguidas dos sucessos da extração na Bahia e das magníficas perspectivas da bacia amazônica.

Com essa política não se conformam os trustes internacionais de petróleo nem seus agentes no país. Tendo o governo boliviano abandonado a sua anterior política nacionalista, (que levou à revogação das concessões da Standard ao tempo ao governo Busch), e diante dos resultados das várias pesquisas realizadas pela Standard e outros em território boliviano, os grupos Lunardi, Kesseler Coelho de Souza, Monteiro Aranha, Capuava e Barbara, entre outros, passaram a pressionar o governo brasileiro para executar as obrigações do Tratado com a Bolívia. Dentre esses grupos, sabe-se que o de Capuava (Moreira Sales — Soares Sampaio) está estreitamente ligado ao truste norte-americano Gulf Oil. Esta ligação foi amplamente denunciada

na imprensa e no parlamento, ainda no ano passado, por ocasião do rumoroso episódio da concessão do CNP.

Daí a campanha de certos jornais visando a pressionar o governo boliviano, invocando os supostos «direitos» que decorreriam do Tratado de 1938.

Por sua parte, o governo boliviano passou também a pressionar para dar por caduco o Tratado de 1938 e reduzir a área em foco, o que afinal conseguiu.

Tudo indica que a disputa tem por objeto riquíssimas jazidas de petróleo.

UM FALSO PROVEITO

Um aspecto que não deve ser omitido é o de que a prospecção na área reservada ao Brasil se fará com dinheiro do próprio governo brasileiro. As firmas privadas que obtiverem as concessões de exploração pagarão a despesa feita com um juro de 3 1/2 por cento ao ano. Nenhum outro proveito poderá auferir o Brasil senão reembolso e juros (Art. IV, parte final).

Gastará, portanto, o nosso governo 4 milhões de dólares (ou talvez mais, conforme calculam alguns peritos) para descobrir petróleo, que poderá cair em mãos de trustes imperialistas, escondidos atrás de firmas privadas ditas «brasileiras».

É evidente que se trata de um falso proveito. Muito mais seguro seria empregar esses 4 milhões de dólares na prospecção de petróleo em território brasileiro, fortalecendo a Petrobrás.

PELA UNIDADE BRASILEIRO-BOLIVIANA

Os incidentes surgidos em torno do petróleo boliviano devem servir de alerta tanto a brasileiros como a bolivianos. Vimos como se procurou criar um clima artificial de desentendimento entre os dois povos. Prevalecendo um clima assim, é evidente que o proveito final será do imperialismo norte-americano inimigo comum dos dois povos. Isto nos mostra a necessidade de elevar a vigilância contra as manobras dos trustes.

Ao invés de motivo de desentendimento e de desunião, o petróleo deve ser um fator de unidade anti-imperialista. Esta unidade é que é indispensável a dois povos irmãos, como o são brasileiros e bolivianos. E, para isto, é indispensável, acima de tudo, deixar claro que o petróleo brasileiro é nosso e o da Bolívia é dos bolivianos.